

Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 36

PODER 360 - DF - ECONOMIA
ANFIP

Brasil recebeu 176,3 milhões de pacotes de pequeno valor em 2022..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda: isenção de até US\$ 50 pode ter reflexo no emprego..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda pode mudar conformidade de "e-commerce"..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo discute iniciativas para expandir mercado de dívida privada..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

A importância de investir em um futuro seguro..... 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mutirão para diminuir a agonia..... 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS faz mutirão em setembro..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS quer biometria em ônibus como prova de vida..... 14

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS estuda aceitar uso de transporte público como prova de vida..... 15

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Processamento em tempo menor..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Processos sobre discriminação por idade tendem a crescer no Judiciário..... 17

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo e aposentadorias terão ao menos 4,5% de aumento em 2024..... 18

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Vagas não exigem o ensino superior..... 19

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Concursos elevam busca por preparação..... 21

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3..... 22

Quinta-Feira, 20 de Julho de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
POLÍTICA

Caixa limpa 225 mil nomes e prepara mutirão de atendimento nesta sexta..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo fará projeto de lei para taxar fundos de investimentos de super-ricos..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IR para offshores pode ter proposta em agosto..... 26

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ajuste do IR deve vir após aprovação de reforma..... 28

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad quer enviar ao Congresso projeto para tributar fundos exclusivos, focados na alta
renda, em agosto
..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cenário melhora, mas inflação segue como desafio, aponta Ibre..... 30

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Balança comercial deve ter superávit recorde de US\$ 86,472 bilhões..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inadimplência de empresas é alta, mas distante da crise de 2015-16..... 34

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: setor de energia teme conta de luz mais cara com brecha para imposto
seletivo
..... 35

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma que o Brasil precisa (Artigo)..... 37

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais de 6 mi de empresas oferecem cashback no Brasil..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produtores de óleos vegetais e grãos temem nova taxaço estadual..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços do gás natural serão reduzidos em 7,1% a partir de agosto..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prévia sinaliza nova deflação no IGP-M em julho..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Estimativa para alta do PIB no ano passa de 1,9% para 2,5%..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fazenda revisa projeção e vê chance de inflação ficar "dentro do teto" 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Os vários sinais da economia - MÍRIAM LEITÃO 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

SPE projeta PIB maior e inflação menor em 2023 48

ALÔ BRASÍLIA - DF - GERAL
ECONOMIA

PIB cai 3% em maio na comparação com abril, indica Monitor da FGV 50

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Balança comercial deve registrar superávit de US\$ 86,472 bilhões 51

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar forte afeta países despreparados, diz FMI 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Posição externa do Brasil ficou em linha com fundamentos 54

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Marco Legal de Garantias: primeiras impressões 55

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
ECONOMIA

Setor elétrico é essencial para garantirmos a sustentabilidade no país (Artigo) 57

Brasil recebeu 176,3 milhões de pacotes de pequeno valor em 2022

Douglas Rodrigues Guilherme Waltenberg

O Brasil recebeu 176,3 milhões de encomendas de baixo valor em 2022, que entraram no país sem pagar nenhum tipo de imposto. Uma alta de 39,5% sobre os 126,4 milhões de pacotinhos que haviam entrado no país em 2021. Os principais países de origem desses pacotinhos foram China, Estados Unidos, Hong Kong e Cingapura. O valor médio declarado em cada despacho foi de apenas US\$ 1,39, indicação de que pode ter ocorrido um volume grande de fraudes.

Encomendas de até US\$ 50 enviadas de pessoas físicas para pessoas físicas não ficam sujeitas a **impostos** quando entram no país. A partir de 1º de agosto de 2023, a portaria 612 de 2023 do Ministério da Fazenda vai liberar também para empresas do exterior a facilidade de exportar para o Brasil sem pagar **impostos** para o governo federal.

Apesar de o volume desse tipo de encomenda não parar de crescer, a **Receita Federal** diz ter encontrado menos fraudes em suas operações de fiscalização. Isso ocorre porque o Fisco tem só 45 profissionais para inspecionar cerca de 500 mil pacotes que entram por dia no país.

Em 2021, segundo informações da **Receita Federal**, o número de fraudes identificadas em declarações de importação foi de 706 mil. Ou seja, apenas 0,56% das encomendas fraudavam o valor. Em 2022, o número de irregularidades encontradas foi menor, de 623 mil, o que significa fraudes só em 0,35% dos pacotes que entraram no país.

Os dados desta reportagem foram obtidos pelo Poder360 por meio de pedidos via Lei de Acesso à Informação .

O Poder360 questionou também quantas fraudes foram registradas por país. Eis o que a **Receita Federal** respondeu: " Quanto ao percentual por país de origem, informa-se não ser possível apresentar esse detalhamento uma vez que há inconsistências no sistema, principalmente em relação às informações prestadas por alguns operadores postais estrangeiros no registro da DIR [Declaração de Importação de Remessa]".

A fiscalização de remessas postais é concentrada em

São Paulo (sede dos Correios, na Vila Leopoldina, zona Oeste da capital paulista), no Rio de Janeiro e em Curitiba. A maior parte das encomendas do exterior, sobretudo da Ásia, chega pelo Sul.

O IDV (Instituto de Desenvolvimento do Varejo), representante dos varejistas brasileiros -os mais atingidos pela concorrência de apps internacionais-, fez ofícios à Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) e aos Correios. Querem que entrem na fiscalização.

A ideia é que os Correios usem o aparato disponível para fiscalizar a chegada de produtos proibidos, como armas, para ampliar o foco para fraudes tributárias.

No caso da Senacon, o IDV pede que os mesmos requisitos de qualidade usados para produtos brasileiros sejam adotados para importações de plataformas digitais. Isso significa que brinquedos teriam de ter o selo da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) e ferramentas, do Inmetro .

"Foram amplamente comprovadas as fraudes e as importações ilegais. Correios só tinham condição de fiscalizar 2%. E mais de 70% do que fiscalizavam, tinham erros" , diz Jorge Gonçalves, presidente do IDV. Os dados são da entidade.

Os dados oficiais indicam que chegaram ao Brasil 176 milhões de produtos em 2022. O valor total declarado dessas mercadorias que seriam presentes de pessoas físicas para pessoas físicas foi de US\$ 245 milhões (cerca de R\$ 1,2 bilhão). Isso equivale a US\$ 1,39 por produto (R\$ 7), o valor de uma água mineral em um aeroporto brasileiro.

Segundo a Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**), o Fisco tem 45 funcionários para fiscalizar todo o contingente recebido no país. Os brasileiros receberam, em média, 482,9 mil produtos internacionais por dia no ano passado.

Para fiscalizar tudo, seria necessário que cada auditor olhasse a procedência de 10.732 itens por dia ou 1 item a cada 8 segundos se o funcionário trabalhar por 24 horas ininterruptas.

"A escassez de auditores fiscais nessa área reflete a precarização da **Receita Federal**, que nos últimos anos foi assediada e vilipendiada em todos os níveis: moral e funcionalmente", afirma Kleber Cabral, vice-presidente da Unafisco.

Site: <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-recebeu-1763-milhoes-de-pacotes-de-pequeno-valor-em-2022/>

Fazenda: isenção de até US\$ 50 pode ter reflexo no emprego

AMANDA PUPO e FERNANDA TRISOTTO

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem que ele e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, consideraram "preocupante" a estimativa de corte de empregos na indústria e no varejo que seria causado por causa da isenção tributária federal nas compras internacionais de até US\$ 50.

A declaração foi dada após reunião do ministro e do número 2 da Fazenda com os presidentes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

Os estudos das entidades, classificados por Durigan como "consistentes", serão agora analisados pelas equipes técnicas da pasta. Ao ser questionado se, diante dos dados, o ministério tomaria medidas além das que já estão em elaboração, o secretário executivo afirmou que o plano de conformidade da **Receita Federal** no e-commerce internacional está "começando agora".

"Duas coisas chamaram atenção.

A primeira é o histórico dessa mudança de perspectiva de volume de produtos (importados).

Analisamos a mudança de cenário dos últimos anos sobre entrada de encomendas. A segunda é a preocupação com os empregos. Precisamos olhar o tema com muita atenção.

O estudo é consistente. A Fazenda tem normatizado para que a gente traga esse assunto à luz do dia, não pode ficar sem tratamento. Recebemos estudos e vamos fazer a análise criteriosa com a Receita", disse Durigan.

Segundo o presidente da CNI, só na indústria a estimativa é de que 500 mil empregos sejam perdidos com a medida.

"A solução é tributar compras de até US\$ 50. A solução é que haja isonomia tributária", disse Andrade. De acordo com ele, chegam ao Brasil 1 milhão de pacotes por dia via e-commerce internacional.

Gonçalves Filho, do IDV, endossou a demanda por isonomia tributária e afirmou que, com o cenário atual, o varejo pode chegar a perder 10% dos empregos formais. "Viemos mostrar que, apesar de parecer que o consumidor tem benefício, para o País será ruim, teremos perda de emprego gigantesca", disse. "Desde o governo anterior esperávamos uma medida, mas sem imposto não dá para sustentar."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda pode mudar conformidade de "e-commerce"

GERALDA DOCA

Após receber representantes da indústria e do varejo, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Carnevalli Durigan, afirmou que a pasta vai discutir com a **Receita Federal** uma solução para importações de até US\$ 50, que permanecem isentas de imposto aduaneiro.

Segundo ele, a maior preocupação é com a manutenção dos empregos no país, diante do aumento no volume de compras do que entram no país por meio do e-commerce.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou da reunião.

-Duas coisas me chamaram atenção. A primeira é o volume de produtos que dão entrada. A gente pode analisar com o ministro, com a Receita, a mudança de cenário que teve nos últimos anos. A segunda é a preocupação com os empregos. Acho que isso chama a minha atenção, a atenção do ministro, e a gente precisa olhar esse tema porque o dado é muito preocupante -afirmou Durigan.

Ele acrescentou que o programa de conformidade que entra em vigor em agosto é "vivo" e, por isso, deve ser analisado constantemente. O alvo são as gigantes asiáticas do comércio eletrônico, como Shein, Shopee e AliExpress.

EMPREGOS EM RISCO

Segundo o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Monteiro, o setor pode perder até 500 mil empregos até o fim do ano se a situação não mudar: - Nós viemos conversar com o ministro para pedir que haja isonomia entre a importação desses produtos e a indústria brasileira. Se esses produtos não pagam imposto, a indústria brasileira está pagando um imposto que vai retirar empregos e salários dos brasileiros. A solução é tributar até os US\$ 50. Se a indústria brasileira paga hoje 40%, 50% de **impostos**, que quem importa US\$ 50 pague também os mesmos **impostos**.

O presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), João Jorge Filho, afirmou que o setor pode perder até dois milhões de empregos. Segundo

ele, o equivalente a US\$ 50, cerca de R\$ 250, é um valor médio elevado para o varejo.

-Olhando para o varejo, R\$ 250 é um tíquete médio muito elevado. Já estamos vendo fechamento de lojas de vestuário e desemprego.

O varejo tem 19 milhões de empregos formais e pode perder 10% deles, quase dois milhões -disse Jorge Filho.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo discute iniciativas para expandir mercado de dívida privada

Edna Simão De Brasília

O governo lança nesta quinta-feira, no Rio de Janeiro, a Agenda de Reformas Financeiras para o ciclo 2023-2024, uma versão ampliada do que era conhecido como "IMK", que tem como objetivo discutir com a iniciativa privada propostas de ajustes tributários e de aprimoramento regulatório para estimular o avanço não só do mercado de capitais, como também dos setores bancário e de seguro e previdência.

Participarão do evento o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário de reformas econômicas, Marcos Pinto. Na ocasião também será realizada a primeira reunião do grupo.

Em entrevista ao Valor, Marcos Pinto antecipou que, neste primeiro momento, foram escolhidos 18 temas dentre 120 propostas recebidas de 40 associações convidadas. "A gente priorizou as propostas de acordo com nossa agenda", ressaltou. Dentre os principais temas está o desenvolvimento de mecanismos para alavancar as operações de crédito consignado para os trabalhadores da iniciativa privada e expandir o mercado de dívida privada.

A lista ainda contempla o debate em torno da adoção da marcação a mercado (valor atualizado diariamente) em todos os ativos previdenciários e soluções para diminuir custos da tributação de "hedge" no exterior. A ideia é que os 18 temas sejam distribuídos em grupos de trabalho para que durante agosto e dezembro sejam produzidas as propostas. As sugestões que forem de consenso entre o governo e o mercado serão transformadas em projetos de lei e medidas provisórias, por exemplo, e serão encaminhadas ao Congresso Nacional no início do próximo ano.

No eixo da agenda que trata sobre o setor bancário, Pinto explicou que o governo quer retirar empecilhos para o avanço do crédito consignado para o setor privado, fator que considera "super relevante e importante" para baratear os juros e aumentar a oferta de empréstimos.

Ele lembrou que o crédito consignado para os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) funciona por ser vinculado à aposentadoria e para os **servidores públicos** devido à estabilidade do emprego.

"A gente tem o desafio com TI para implementar o consignado no setor privado e acho que a gente consegue fazer isso utilizando o eSocial", destacou. Segundo Pinto, o governo quer estudar e debater com o setor privado mecanismos para que haja uma transferência automática da dedução do crédito consignado do salário de uma empresa para outra quando o trabalhador mudar de emprego. Isso poderia ser feito utilizando ferramentas do governo como o eSocial.

No eixo de mercado de capitais, um dos temas da Agenda de Reformas Financeiras será o desenvolvimento do mercado de dívida privada. Na avaliação de Pinto, é preciso remover amarras neste segmento para reduzir custos para isso é preciso ter clareza as normas sobre juros e revisar todo o regulamento sobre crédito fora do mercado bancário. Segundo Pinto, o mercado de dívida nos Estados Unidos é cinco vezes maior que o de crédito bancário e o Brasil precisa evoluir neste sentido.

O secretário ainda disse que será discutida a adoção de marcação a mercado no eixo sobre seguro e previdência. Segundo ele, todos os ativos previdenciários, exceto títulos públicos, é marcado a mercado. Por isso, na avaliação de Pinto, é necessária uma revisão geral das regras para que sejam isonômicas entre títulos públicos e privados. Também poderão ser revistas as regras de investimentos da previdência como limites de alocação.

Já no eixo de tributação, a ideia é tratar das distorções existentes no hedge no exterior. O assunto está sendo discutido com a **Receita Federal** para que o efeito da tributação nessas operações seja neutro.

Assim como no IMK, os temas da Agenda de Reforma Financeira serão debatidos durante o segundo semestre entre representantes da equipe econômica, órgãos reguladores e entes de mercado para chegar a soluções de consenso que sejam encaminhadas pelo governo para buscar retirar empecilhos para o crescimento do setor financeiro.

"Estamos chamando este ano de Agenda de Reformas Financeiras porque a gente avançou bastante nos temas de mercados de capitais nos últimos anos e a gente queria utilizar esse mecanismo de discussão

com o mercado para abranger outros setores do setor financeiro, não só mercado de capitais. Então, neste ano, estamos usando quatro eixos temáticos, todos relacionados ao setor financeiro, mas não somente aos mercados de capitais.

Por isso, a gente mudou o nome e chamou a iniciativa neste ano de Agenda de Reformas Financeiras", explicou o secretário.

"A gente priorizou as propostas de acordo com nossa agenda" Marcos Pinto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607>

A importância de investir em um futuro seguro

RAPHAEL PATI*

Ao longo do tempo, o regime de **previdência complementar** tem se mostrado cada vez mais uma alternativa vantajosa para o funcionalismo. Diferentemente da aposentadoria, a previdência atua como uma espécie de complemento à renda do servidor. Sobre esse assunto, o diretor-presidente da Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público da União (Funpresp), Cristiano Heckert, apontou alguns benefícios que o funcionário público pode obter através dessa modalidade.

Em entrevista para o CB.Poder - programa do Correio em parceria com a TV Brasília -, Heckert explicou que todos os **servidores públicos** da União podem aderir a esse sistema. "Na Funpresp, o servidor público vai acumulando reservas que ele vai receber de volta na forma de aposentadoria, mas se acontecer um imprevisto no meio do caminho, tanto ele quanto a sua família estarão protegidos também", destacou o diretor.

Desde 2003, os servidores que ingressam na carreira do funcionalismo não possuem mais a garantia de receber uma aposentadoria equivalente ao último salário recebido ainda em serviço. Desde então, houve algumas mudanças no regimento previdencial. Para os que ingressaram entre 2003 e 2014, a aposentadoria é calculada pela média de todos os salários recebidos durante o tempo em que o servidor passou no exercício de sua função. Aos ingressantes a partir de 2013, a regra prevê que os funcionários aposentados não podem receber acima do teto do **INSS**, que atualmente é de R\$ 7.507,49.

Por conta dessa mudança, o diretor-presidente ressalta a importância de garantir uma renda extra mais na frente e evitar uma perda significativa de qualidade de vida. "Como que ele faz para ter uma aposentadoria maior? É justamente aí que entra a Funpresp. Ele vai, ao longo da sua carreira no serviço público, formar um patrimônio individual na Funpresp e, lá na frente, isso vai virar um benefício de aposentadoria", explicou Heckert.

Quanto antes, melhor

Mesmo para quem é servidor há mais tempo, existe a possibilidade de aderir à **previdência complementar**.

No entanto, o diretor-presidente ressalta que o melhor é aderir o sistema o mais cedo possível, para garantir maior rentabilidade ao final da carreira.

"Cada mês que a pessoa posterga a decisão de começar a fazer uma reserva individual, menos vai ter chance de acumular. O efeito dos juros compostos faz uma diferença enorme. O dinheiro que a pessoa aplica hoje e resgatará daqui a 20 ou 30 anos, vai sendo capitalizado ao longo do tempo. Por isso é importante começar o quanto antes", pontuou.

Atualmente, 105 mil servidores contribuem com a Funpresp por mês. No entanto, ainda há 27 mil funcionários que fazem parte da regra nova (os que entraram a partir de 2013) e não participam desse regime. Para o diretor-presidente da fundação, essa parcela está "deixando dinheiro na mesa" todos os meses, porque, como ele explica, a cada real que o servidor coloca na previdência, a União deposita mais R\$ 1, o que garante uma rentabilidade de 100%, logo no início.

Em caso de invalidez, morte, ou de alguma outra fatalidade, o beneficiário, ou sua família, podem receber os recursos, desde que esteja elegível a receber, também, pela União. Nesse caso, o requerente deve comparecer ao órgão de origem e pedir o benefício. "A partir do momento em que o órgão concede o benefício do regime próprio, ele pode vir na Funpresp e requerer o benefício da Funpresp, também", ressalta.

Caso o servidor deseje permanecer contribuindo com a Funpresp após a aposentadoria, há essa possibilidade, como explica o diretor: "Eu posso continuar contribuindo por mais dois anos, porque aí eu tenho um duplo efeito: eu aumento o meu capital aplicado aqui e na hora em que eu requerer o benefício, por exemplo, já com 67 anos, vou ter uma expectativa de sobrevida menor e, então, isso vai me resultar em uma renda mensal maior daqui para frente", explicou.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/20/all.pdf>

Mutirão para diminuir a agonia

O Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS) dará início, em agosto, a um mutirão para julgar processos que tratem sobre o direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e à pensão por morte pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O mutirão integra plano do governo federal de dar andamento à fila de pedidos por benefícios previdenciários. Nesta terça-feira, medida provisória instalou o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, que pagará bônus a servidores administrativos e peritos médicos.

O CRPS, órgão responsável por julgar os recursos de segurados contra negativas do **INSS**, tem hoje um estoque de 1 milhão de pedidos pendentes. Do total, 860 mil aguardam julgamento e 140 mil esperam exame médico pericial.

A espera média por uma resposta é de 1.029 dias, conforme auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), o que dá dois anos e oito meses. O prazo, no entanto, pode chegar a até três anos, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

O mutirão foi determinado por meio de portaria do Conselho da Previdência, publicada em 12 de julho. Segundo o documento, as ações para redução da fila de espera ocorrerão durante quatro meses, de agosto a novembro.

Em agosto e setembro, serão julgados os recursos que tratam de pensão por morte. Atualmente, há 37,8 mil processos do tipo no CRPS. Em outubro e novembro, será a vez do BPC, benefício concedido a idosos e deficientes de baixa renda. Neste caso, serão julgados recursos de idosos, que somam 28,6 mil processos no conselho.

Cada conselheiro das unidades julgadoras deverá pautar, durante a ação extraordinária, o mínimo de 93 processos de pensão por morte e 68 de BPCs do idoso. Além disso, todos os processos de pensão e BPC do idoso deverão ser pautados para julgamento até dezembro.

O advogado Roberto de Carvalho Santos, do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), afirma que a espera por uma resposta no conselho de recursos pode chegar a até três anos, dependendo da complexidade do processo.

Riscos sociais Para o especialista, priorizar os processos de BPC e pensão por morte diminui os riscos sociais de beneficiários que dependem da renda, mas têm o direito negado. "A pensão hoje se tornou um dos benefícios mais complexos. É um momento em que o segurado fica em risco social, que a gente considera dos mais relevantes, com o grupo familiar perdendo um membro e a renda dessa pessoa", afirma.

"Já o BPC é por conta da hipossuficiência, por se tratar de pessoas extremamente pobres, carentes, necessitadas de benefício assistencial, e aí a prioridade pelo BPC também é justificável." A fila de benefícios do **INSS** tem hoje 1,794 milhão de segurados à espera de uma resposta. Caso haja negativa ao pedido após análise inicial, o cidadão recorre ao conselho de recursos (Da Folhapress).

Prova de vida testada no DF

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estuda usar os equipamentos de controle biométrico de sistemas de transporte público para que aposentados, pensionistas e demais beneficiários de auxílios federais provem que estão vivos.

"Estamos nos articulando com a Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (DF) para que um assegurado nosso, ao passar por uma catraca [de ônibus ou metrô] em que haja identificação biométrica, faça sua prova devida", revelou o presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, na manhã desta quarta-feira. A proposta, ainda em análise, seria futuramente ampliada para outras localidades.

Também são consideradas provas devida a realização de empréstimo consignado, por biometria, atendimento presencial nas agências do **INSS** e nas entidades ou instituições parceiras, desde que seja feita com reconhecimento biométrico e também no sistema público de saúde.

Além disso, o recebimento de vacina, cadastro nos órgãos de trânsito e segurança pública, atualização do CadÚnico, emissão ou renovação de passaporte, carteira de trabalho, de identidade ou outro documento oficial também são considerados provas devida.

Ainda há a opção do recebimento do pagamento por biometria e declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) (Da Folhapress").

SAIBAMAIS

Têm direito ao BPC os trabalhadores inscritos no CadÚnico e que fazem parte de família de baixa renda.

» Para isso, a renda per capita (por pessoa) deve ser de até um quarto do salário mínimo, o que dá R\$ 330 neste ano. Não é necessário ter contribuído com a Previdência, ou seja, não há exigência de tempo mínimo.

» Além disso é necessário que a pessoa se enquadre em ao menos uma dessas situações: ter acima de 65 anos de idade e ser uma pessoa com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial. Mas é necessário se submeter a uma perícia.

INSS faz mutirão em setembro

Yamara Tovar

Nos dias 2 e 3 de setembro será realizado o mutirão do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no Estado, que tem mais de 2 mil pedidos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - espécie de aposentadoria para idosos e deficientes de baixa renda - aguardando por análise.

A ação tem por objetivo julgar os processos que estão na fila a mais de 45 dias. Promovido pelo Ministério da Previdência e pelo Conselho de Recursos da **Previdência Social**, o mutirão integra o plano do governo federal de dar andamento à fila de pedidos por benefícios previdenciários.

Ontem, as equipes do Espírito Santo e de Minas, que integram a mesma superintendência, se reuniram para definir os detalhes da ação. No Estado, a expectativa é de que ao menos 15% dos pedidos em fila sejam analisados e concluídos.

Para que seja possível concluir o benefício para o quantitativo esperado, que corresponde a aproximadamente 300 pessoas, é preciso definir a equipe que vai participar da ação. Para isso, falta formar o time de assistentes sociais e peritos médicos federais.

Segundo a agência regional da autarquia, uma nova reunião vai acontecer no mês que vem, onde a questão será abordada e encaminhada para os trâmites finais.

A gerência executiva do **INSS** em Vitória também informou como os segurados que estão na fila serão chamados para o evento. "Por meio de ligação telefônica, mensagem de texto e e-mail, iremos chamá-los para o mutirão".

Mas, para participar da ação, é preciso ter a documentação em dia - CadÚnico atualizado, RG ou CPF e documentos da pessoa menor de 16 anos.

BIOMETRIA

Outra medida para resolver questões burocráticas do **INSS** é a possibilidade de utilizar o sistema de controle biométrico presente em transportes públicos como uma forma de os aposentados, pensionistas e outros beneficiários de auxílios federais comprovarem que estão vivos.

A proposta está em fase de análise e será testada no Distrito federal, podendo ser expandida para outras regiões. O **INSS** busca tornar a prova de vida mais acessível e menos complicada para os beneficiários.

Análise mais ágil para reduzir fila

BRASÍLIA

O governo anunciou ontem uma novidade nos trâmites do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O novo protocolo funcionará no processamento de dados da folha de pagamento dos beneficiários da autarquia.

A expectativa da Dataprev é que o procedimento permita maior rapidez na análise das informações de aposentados, pensionistas e outros, além de ajudar na diminuição da fila do **INSS**.

A expectativa é de que o tempo, que antes tinha média de 96 horas de processamento de 36 bilhões

de dados, passe a ser de 48 horas (dois dias) com a nova tecnologia. Logo, o tempo de análise da folha de pagamento cairá pela metade.

O ministro Carlos Lupi destacou ontem as horas extras para servidores como outro fator para reduzir a fila. E disse que vai chamar mais de 3 mil servidores concursados.

INSS quer biometria em ônibus como prova de vida

Renan Monteiro

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, disse ontem que o órgão busca novas formas de realizar a prova de vida de beneficiários sem a necessidade de tomar tempo para o procedimento.

Uma das ideias é integrar dados biométricos de catracas de ônibus com a base de dados do **INSS**. Seria uma forma de aposentados e pensionistas comprovarem que estão vivos de forma automática.

Segundo ele, a inovação pode começar a ser testada no Distrito Federal (DF).

-Estamos articulando com a Secretaria de Transportes do DF que um segurado nosso, ao passar em uma catraca onde é identificado biometricamente, faça a prova de vida. Isso evita gastos de tempo à população -disse Stefanutto. - Invertemos o ônus da prova de vida.

Isso passa por tecnologia e compartilhamento de dados.

A prova de vida é um procedimento padrão para aposentados, pensionistas e outras pessoas atendidas pelo **INSS**.

É uma forma de evitar irregularidades na concessão dos benefícios. Hoje, essa comprovação de vida é feita presencialmente em unidades do órgão e instituições bancárias ou virtualmente, por meio da conta Gov.br.

REDUÇÃO DA FILA

Em outra frente para agilizar processos do **INSS**, o governo anunciou ontem um novo protocolo tecnológico para processamento de dados da folha de pagamento dos beneficiários do órgão, que vai reduzir à metade o tempo demandado para esse serviço. A expectativa da Dataprev é agilizar a análise das informações de cidadãos em mais um esforço para reduzir a fila de quase 1,8 milhão de pedidos de benefícios à espera de análise.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS estuda aceitar uso de transporte público como prova de vida

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estuda usar os equipamentos de controle biométrico de sistemas de transporte público para que aposentados, pensionistas e demais beneficiários de auxílios federais provem que estão vivos.

"Estamos nos articulando com a Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (DF) para que um assegurado nosso, ao passar por uma catraca [de ônibus ou metrô] em que haja identificação biométrica, faça sua prova de vida", revelou o presidente do instituto, Alessandro Stefanutto. A proposta, ainda em análise, seria futuramente ampliada para outras localidades.

O objetivo, segundo Stefanutto, seria tornar a prova de vida menos burocrática, ampliando as formas dos segurados comprovarem que estão vivos para continuar recebendo os benefícios previdenciários. Este ano, a prova de vida passou a ser feita pelo próprio **INSS**, por meio do cruzamento de informações registradas em bases de dados do próprio instituto ou de outros órgãos e entes federais.

Os procedimentos: 1 - Acesso ao aplicativo Meu **INSS** com o selo ouro ou a outros aplicativos e sistemas dos órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior; 2 - Realização de empréstimo consignado, efetuado por reconhecimento biométrico; 3 - Atendimento presencial nas agências do **INSS** e nas entidades ou instituições parceiras, desde que feito o reconhecimento biométrico e também no sistema público de saúde; 4- Vacinação; 5 - Cadastro ou recadastramento nos órgãos de trânsito ou segurança pública; 6 - Atualizações no CadÚnico 7 - Votação nas eleições; 8 - Emissão/renovação de passaporte; carteira de motorista; carteira de trabalho; alistamento militar; carteira de identidade (RG) ou outros documentos oficiais que necessitem da presença física do usuário ou reconhecimento biométrico; 9 - Recebimento do pagamento de benefício com reconhecimento biométrico; 10 - Declaração de Imposto de Renda, como titular ou dependente.

Processamento em tempo menor

Brasília - A Dataprev deve reduzir à metade o tempo de processamento da folha de pagamento de pensionistas e outros beneficiários do **INSS**. Informações de 38,2 milhões de pessoas foram transferidas de antigos computadores para máquinas novas, mais eficientes. Neste mês a folha de pagamento já foi processada pelos novos equipamentos.

De acordo com o presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção, a iniciativa permitirá à empresa reduzir de 96 horas para 48 horas o tempo gasto na tarefa. "Isso reduzirá o tempo de processamento da folha, o que dá mais condições para o **INSS** se assegurar de que as folhas estão corretas", acrescentou.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Processos sobre discriminação por idade tendem a crescer no Judiciário

A tendência é de crescimento no volume de demandas judiciais sobre etarismo. Um dos motivos, segundo especialistas, é o envelhecimento da população. Hoje, no Brasil, há cerca de 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, entre 203 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico 2022, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a juíza do trabalho Erotilde Minharro, da 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP), além do aumento no número de idosos no país, todas as alterações efetivadas na área da **Previdência Social** nos últimos anos - entre elas, a da Emenda Constitucional nº 103, de 2019 - fizeram com que as pessoas tenham que trabalhar por mais anos para alcançar a aposentadoria.

"Isso resulta em uma maior participação de trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho, o que aumenta a probabilidade de ocorrência de casos de discriminação por idade", diz.

Ela acrescenta que, além disso, o acesso à informação e a conscientização dos direitos trabalhistas têm se ampliado, incentivando os trabalhadores a buscar seus direitos na Justiça.

A juíza lembra que o primeiro processo sobre o tema foi analisado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 2003. No caso, a empresa tinha a prática de dispensar seus trabalhadores ao atingirem 60 anos.

"À época, essa situação era tão comum e a discriminação estava tão enraizada que o empregador explicitava, nos termos de rescisão do contrato de trabalho, que o motivo da dispensa era o fato de o empregado ter completado seu sexagésimo aniversário", afirma.

O TST manteve decisão de segunda instância que identificou na prática várias violações à ordem social e à dignidade da pessoa humana. Os ministros concluíram que a dispensa era nula, determinando a reintegração do trabalhador ao emprego, com o pagamento dos salários e demais vantagens durante o período de afastamento.

"A jurisprudência evoluiu favoravelmente a esses trabalhadores desde 2003, o que proporciona maior

segurança para que busquem a reparação de seus direitos", diz a juíza Erotilde Minharro.

De acordo com ela, o preconceito por idade caracteriza-se pelo menosprezo às pessoas mais velhas no ambiente de trabalho com o objetivo de levá-las a pedir demissão - para evitar o pagamento dos encargos trabalhistas - e substituí-las por uma mão de obra mais jovem e com menor custo.

As situações mais comuns de discriminação por idade, exemplifica, incluem a recusa em contratar trabalhadores mais idosos, a dispensa injustificada próximo da aposentadoria, a negação de oportunidades, promoção ou acesso a benefícios, além da criação de um ambiente de trabalho hostil ou desfavorável aos trabalhadores mais velhos, isolando-os dos demais da equipe.

As mulheres, afirma a magistrada, enfrentam desafio em dobro, pois, além de lidarem com os estereótipos relacionados à velhice, enfrentam desigualdades salariais, dificuldades de ascensão profissional e acúmulo com o trabalho domiciliar invisível e não remunerado. "É fundamental combater essa discriminação por idade de forma abrangente." Para evitar ações judiciais, Erotilde lembra que as grandes e médias empresas, segundo o Decreto nº 9571, de 2018, devem adotar medidas antidiscriminatórias como parte de sua missão, visão e valor, "inclusive quanto à questão etária".

"É fundamental combater essa discriminação por idade de forma abrangente" Erotilde Minharro

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187607>

Salário mínimo e aposentadorias terão ao menos 4,5% de aumento em 2024

Economia

/ Do R7

O salário mínimo terá reajuste de ao menos 4,48% em 2024, segundo projeções do novo Boletim Macrofiscal, publicado nesta quarta-feira (19) pela SPE (Secretaria de Política Econômica), do Ministério da Economia. Com isso, o piso nacional passará dos atuais R\$ 1.320 para R\$ 1.379, um incremento de R\$ 59.

Esse valor não conta ainda com o índice de aumento real, ou seja, acima da **inflação**, que deverá ser definido até o fim do ano. A mudança do piso nacional afeta aposentadorias, abono salarial e benefícios sociais.

Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 60,3 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O último reajuste do piso foi em 1º de maio, de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, um aumento de R\$ 18, ou 1,38%. Neste ano, em 1º de janeiro, o piso já havia aumentado R\$ 90, quando passou de R\$ 1.212 para R\$ 1.302, com impacto de R\$ 69,3 bilhões na economia.

O reajuste leva em consideração o aumento deste ano do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador da **inflação** das famílias com renda de até cinco salários mínimos, usado como referência para o salário mínimo. Com a desaceleração da **inflação**, o governo revisou a projeção do índice, de 5,34% para 4,48%.

Mas a expectativa é que seja acrescentado ainda um ganho real, acima da **inflação**. Projeto de lei para estabelecer uma política de valorização do salário mínimo foi encaminhado pelo governo ao Congresso em maio.

2023 - R\$ 1.320,00 (8,91%)

2022 - R\$ 1.212,00 (10,04%)

2021 - R\$ 1.100,00 (5,2%)

2020 - R\$ 1.045,00 (4,7%)

2019 - R\$ 998,00 (4,6%)

2018 - R\$ 954,00 (1,8%)

2017 - R\$ 937,00 (6,48%)

2016 - R\$ 880,00 (11,6%)

A Constituição determina que a remuneração mínima paga aos trabalhadores deve garantir a manutenção do poder de compra das famílias. O repasse de apenas o INPC no cálculo do novo valor do piso nacional não repõe as perdas decorrentes da **inflação**, principalmente para a população mais carente.

Entre 2015 e 2019, o salário mínimo foi calculado, por lei, com base na expectativa para o INPC do ano e a taxa de crescimento real do **PIB** (Produto Interno Bruto) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - de dois anos antes. A determinação buscava garantir uma reposição real da renda dos profissionais remunerados com o mínimo.

De 2020 a 2022, o piso salarial passou a ser corrigido apenas pelo INPC, a fim de preservar o poder de compra do mínimo. A decisão, no entanto, não traz ganho real à remuneração dos profissionais. Estimativas do governo mostram que cada R\$ 1 a mais no salário mínimo eleva as despesas públicas em R\$ 351,1 milhões. O mínimo voltou a ter aumento real em 2023.

O Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário, baseado no custo da cesta básica. Em junho de 2023, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ R\$ 6.578,41, ou 4,98 vezes o mínimo atual, de R\$ 1.320,00.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/salario-minimo-e-aposentadorias-terao-ao-menos-45-de-aumento-em-2023-20072023>

Vagas não exigem o ensino superior

Rodrigo Péret

CONCURSOS

A Petrobras vai lançar até outubro uma edital para concurso público com 450 vagas para cargos com exigência de ensino técnico, com salários entre R\$ 3 mil e R\$ 7 mil.

A informação foi confirmada pela diretora de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade da empresa, Clarice Copetti.

A diretora explicou que a necessidade de novas vagas se dá porque a empresa está investindo em novos negócios, o que demanda trabalhadores com qualificação.

"Temos autorização para realizar esse novo concurso, com cerca de 450 vagas. Não temos a possibilidade de não oxigenar a força de trabalho da companhia."

Por enquanto, os cargos e vagas que serão contemplados ainda não foram anunciados o que deve ocorrer em breve.

Além da remuneração, a empresa oferece plano de saúde (médico, hospitalar, odontológico, psicológico e benefício farmácia), **previdência complementar** (opcional), incentivos educacionais para dependentes, entre outros benefícios.

Em fevereiro, a empresa fez um concurso para 373 oportunidades imediatas para nível técnico e mais 746 vagas para formação de um cadastro de reserva, totalizando 1.119 postos de trabalho, em cargos como enfermagem do trabalho, manutenção, operação e logística dos transportes.

A banca, na ocasião, foi o Cebraspe. Segundo o edital publicado na época da seleção, o salário básico foi de R\$ 3.294,36. As oportunidades eram para atuar em qualquer unidade do País.

A contratação é feita conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), garantindo direitos e segurança aos novos colaboradores. O resultado foi divulgado no último dia 13.

De acordo com as regras do último concurso da Petrobras, 8% das vagas foram destinadas a pessoas com deficiência e 20% a candidatos negros. A inclusão e a diversidade são, portanto, valores reconhecidos e

promovidos pela Petrobras em seus processos de seleção.

Na ocasião, os candidatos foram avaliados com aplicação de prova objetiva, que contou com 100 questões, sendo 40 de conhecimentos básicos (Matemática e Português) e 60 de conhecimentos específicos de cada área.

SAIBA MAIS

Prova objetiva e conhecimentos por área

Benefícios

A PREVISÃO DE NOVA realização de concurso foi confirmada pela diretora de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade da Petrobras. Clarice Copetti.

POR ENQUANTO, os cargos e as vagas que serão contemplados ainda não foram anunciados, o que deve ocorrer em breve. A remuneração deve variar entre R\$ 3 mil e R\$ 7 mil, depender do do cargo.

ALÉM DA REMUNERAÇÃO, a empresa oferece plano de saúde (médico, hospitalar, odontológico, psicológico e benefício farmácia), **previdência complementar** (opcional), in-

centivos educacionais para dependentes, entre outros benefícios.

Concurso anterior

EM FEVEREIRO, a empresa fez um concurso para 373 oportunidades imediatas para nível técnico e mais 746 vagas para formação de um cadastro de reserva, totalizando 1.119 postos de trabalho, em cargos como enfermagem do trabalho, manutenção, operação e logística dos transportes.

A BANCA na ocasião foi o Cebraspe. Segundo o edital publicado na época da seleção, o salário básico foi de R\$ 3.294,36. As oportunidades eram para atuar em qualquer unidade do País.

A CONTRATAÇÃO é feita conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), garantindo direitos e segurança aos novos colaboradores. O resultado foi divulgado no último dia 13.

NA OCASIÃO, os candidatos foram avaliados com

prova objetiva, que contou com 100 questões, sendo 40 de conhecimentos básicos (Matemática e Português) e 60 de conhecimentos específicos de cada área.

Fonte; Petrobrase PCI Concursos.

Concursos elevam busca por preparação

E ótima a fase para quem está atrás da tão sonhada estabilidade no serviço público. Somente anteontem, 18, o governo federal anunciou a criação de 2,4 mil novas vagas em 19 diferentes certames - incluindo para a Agência Nacional de Águas (ANA), Banco Central (Bacen) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O anúncio foi feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck. Com as novas vagas, somadas àquelas já autorizadas este ano, são ao todo 8.360 vagas abertas somente em 2023 em dezenas de órgãos da União.

No Estado também há varias oportunidades para quem busca ser servidor efetivo. Esta semana a Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) anunciou a abertura de 315 vagas para diversas vagas de nível médio e superior. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) por sua vez está com dez vagas abertas, e a Universidade do Estado do Pará (Uepa) dispõe de 44 vagas para o cargo de professor efetivo em nove campi de Belém e outros municípios paraenses. O esperadíssimo concurso da Polícia Militar do Estado do Para (PM-PA), que oferta 4,4 mil vagas para o ingresso de oficiais e praças está em fase de composição de banca organizadora e o edital deve ser divulgado em breve - bem como o da Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

Diretor executivo de um curso preparatório, Petrônio Castro comemora o bom momento e confirma que aumentou o volume de pessoas atrás de preparação.

"A procura tem sido grande em relação aos anos anteriores, pois tivemos uma grande retração nos concursos federais naquela época. O destaque fica para os certames que devem ofertar vagas aqui para o Pará, como é o caso do Ibama, IBGE, Funai, Auditor-fiscal do Trabalho. Durante o mês de julho caiu um pouco a procura em relação ao mês de junho devido ao nosso verão, mas deve crescer muito a partir de agosto", aposta.

Ele reforça que a preparação de qualidade também depende das escolhas do concurseiro. "O candidato deve buscar escolher concursos que tenham provas parecidas, que tenham programas similares de forma a aproveitar ao máximo os estudos. É importante ter materiais atualizados, objetivos e com muitos exercícios, pois materiais muito densos acabam atrapalhando na preparação já que demandam muito tempo dos candidatos. O apoio da família é importante

já que é preciso muito foco e dedicação, o que acaba afastando o candidato da família e dos amigos", detalha.

CONCURSOS FEDERAIS

Onovo

pacote de autorizações contempla os seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); MGI; Banco Central do Brasil (BC); Ministério da Fazenda (MF); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Ministério da Justiça e Segurança Pública

(MJSP): Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc).

O governo já havia autorizado desde o início do ano 5.880 vagas para concursos nas seguintes áreas: Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Educação, Ministério de Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, além do próprio Ministério da Gestão. Outros órgãos públicos que foram anunciados para prover vagas são o CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPQ, CENSIPAM (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), Fiocruz.FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), INPIJNMETRO, INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Publicado em 20/07/2023 - 07:32 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (20) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3. Essa é a segunda parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade.

Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 684,17.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,9 milhões de famílias em julho, com gasto de R\$ 14 bilhões.

Neste mês, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 341 mil famílias foram canceladas do programa por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 300 mil famílias foram incluídas no programa em julho. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 1,3 milhão de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Quase 2,2 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde o mês passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50%

do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo.

Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 378,91. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, do total de famílias na regra de proteção, 1,46 milhão de famílias foram incluídas neste mês por causa da integração de dados do Bolsa Família com o CNIS.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, divulgado em abril, cerca de 3 milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3>

Caixa limpa 225 mil nomes e prepara mutirão de atendimento nesta sexta

A Caixa já limpou o nome de 225 mil pessoas com dívidas de até R\$ 100 na primeira fase do Desenrola Brasil e prepara um mutirão de atendimento à população para renegociação de débitos nesta sexta-feira (21). Na ação, o banco abrirá suas agências uma hora mais cedo.

Nos dois primeiros dias de operações do Desenrola, o banco público renegociou 10 mil contratos de pessoas inadimplentes. De acordo com a Caixa, 90% dos contratos foram liquidados já com descontos por menos de R\$ 2.000. Cheque especial, cartão de crédito e crédito consignado eram as principais causas de endividamento dos brasileiros.

Nos postos de atendimento, os clientes poderão renegociar suas dívidas para pagamento à vista, com descontos de até 90% (a depender do perfil), ou parcelamento em até 96 meses (oito anos), com juros a partir de 1,18% ao mês.

Remover a negativação dos devedores é uma contrapartida exigida pelo governo para as instituições financeiras participarem do Desenrola. Segundo estimativa do ministro Fernando Haddad (Fazenda), o programa pode limpar 2,5 milhões de nomes se todos os bancos aderirem.

Além do Desenrola, a Caixa também quer impulsionar a campanha Tudo em Dia, voltada exclusivamente para os clientes do banco. A instituição prevê que 400 mil micro e pequenas empresas, além de pessoas físicas, podem ser beneficiadas pela ação.

O volume de contratos que se enquadram nos dois programas de renegociação de dívidas é de 17,8 milhões, com um passivo de aproximadamente R\$ 22 bilhões.

Todos os 63 mil funcionários da Caixa participarão do mutirão para viabilizar o serviço para a população. A ação será acompanhada de perto pela presidente, que visitará agências em Brasília, e pela alta administração, que coordenará o atendimento nas capitais brasileiras.

Desgaste é ruim para banco, diz executiva, que está sob fritura

Com a Caixa na mira de integrantes do centrão, que

pressionam o governo Lula (PT) por uma **reforma ministerial** ampla, a presidente da instituição financeira, Maria Rita Serrano, diz não se sentir insegura no comando do banco, mas vê a exposição como negativa tanto para sua imagem quanto para a da instituição pública.

Quando lhe foi perguntado por jornalistas como tem sido trabalhar sob fritura, Serrano parafraseou declarações dadas pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, diante dos rumores de uma eventual troca de comando.

"Vi uma entrevista dela [ministra Nísia Trindade], que acho que retrata o [meu] sentimento. Ela falou assim: eu não me sinto insegura, mas essa exposição é muito ruim. Ela é ruim inclusive para o banco, porque cria uma insegurança", disse.

"Não envolve só a mim, é um processo de tentativa, na realidade, de desgaste do próprio governo. Não estão falando só de mim e da Caixa. Estão falando de todos os ministérios, principalmente dos ministérios onde as mulheres estão", complementou Serrano.

A representatividade feminina no primeiro escalão da gestão petista caiu para 10 mulheres titulares (em vez de 11), com a exoneração de Daniela Carneiro do Ministério do Turismo.

A presidente da Caixa disse estar cumprindo o seu papel e minimizou o peso de uma possível substituição. "Obviamente, a exposição é ruim. Agora, faz parte da democracia. Tem interesses, negociações que envolvem o processo democrático de base do governo, então, essa disputa faz parte da democracia", acrescentou.

Como mostrou a Folha, Serrano tem sido alvo de críticas no governo e do próprio PT. Aliados do mandatário têm a avaliação de que, diante disso, deve ser mais fácil ceder o comando do banco. O nome mais citado para substituí-la é o de Gilberto Occhi (PP), que foi ministro das Cidades no governo Dilma Rousseff (PT) e já presidiu a Caixa.

Quanto às recomendações do presidente Lula nos encontros que tiveram recentemente, Serrano conta que o chefe do Executivo apenas a "mandou" trabalhar.

A Caixa é o banco responsável por realizar os pagamentos das parcelas do programa Bolsa Família e também por liberar financiamentos para o Minha Casa, Minha Vida. NG

Nubank anuncia adesão ao programa

Os cinco grandes bancos -Itaú, Bradesco, Santander, BB e Caixa-já haviam anunciado a adesão ao Desenrola. O Nubank disse que "informará, oportunamente, as condições e critérios para renegociações no âmbito do programa, assim como os canais de atendimento que serão disponibilizados".

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50343&maxTouch=0&anchor=6480465&pd=f4ccf92f28deee62cdfa67aac9efa30a>

Governo fará projeto de lei para taxar fundos de investimentos de super-ricos

**FERNANDA TRISOTTO EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA | COLABOROU DANIEL ROCHA/E-
INVESTIDOR**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que vai enviar ao Congresso projeto de lei para tributar os fundos de investimento exclusivos.

A proposta estará em um pacote de medidas econômicas que será remetido ao Legislativo em agosto, junto com o Orçamento de 2024.

O anúncio da taxação dos fundos ocorreu um dia depois de o governo conseguir acordo com a Câmara para começar a tributar apostas esportivas online, como mostrou o Estadão. As iniciativas têm o objetivo de incrementar as receitas e cumprir dispositivo da nova regra fiscal que prevê déficit zero nas contas públicas já no próximo ano.

Os fundos exclusivos de investimento alvo do governo são os que possuem poucos cotistas super-ricos e valores muito altos. Quem mantém dinheiro nesse tipo ativo só recolhe Imposto de Renda (IR) quando faz o resgate do dinheiro.

A tentativa de aplicar um novo imposto sobre os recursos alocados nesses fundos não é inédita. Em 2017, o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) editou medida provisória com o mesmo objetivo. Na ocasião, o governo divulgou que iria aumentar a arrecadação em R\$ 10,7 bilhões. No entanto, a proposta enfrentou resistência do Congresso e não prosperou.

Há hoje por volta de 2.760 fundos exclusivos de investimento com apenas um cotista no mercado brasileiro, segundo dados da plataforma de investimentos TradeMap, obtidos pelo E-Investidor - site com orientações sobre investimentos do Estadão.

"Acabei de vir da casa do presidente (da Câmara dos Deputados, Arthur) Lira para definir a pauta do segundo semestre.

Temos um conjunto de medidas que vão com o Orçamento e que não passam pelo Imposto de Renda de pessoa física", disse Haddad.

Não há informação de quanto o governo pretende arrecadar com a taxação dos fundos.

APOSTAS ESPORTIVAS. O ministro disse que também conversou com Lira sobre a cobrança das apostas esportivas online. O governo criou, por meio de medida provisória (MP), publicada na quarta-feira no Diário Oficial da União, 217 cargos para a nova Secretaria de Apostas e Loterias, ligada ao Ministério da Fazenda, que vai cuidar do gerenciamento desses recursos. Uma nova MP, que será enviada nos próximos dias, vai tratar das regras de taxação, que começará imediatamente após a publicação da medida. Por fim, o governo deve enviar um projeto de lei, que vai tramitar com a MP.

Segundo apurou o Estadão, pelo texto da medida provisória que criará a taxação uma empresa de apostas esportivas online só poderá atuar no Brasil se for credenciada pelo governo federal. Para isso, terá de pagar outorga à União de R\$ 30 milhões, ter sede no Brasil e capital mínimo de R\$ 100 mil.

A taxação das empresas funcionará da seguinte maneira: serão recolhidos 16% sobre o chamado GGR (gross gaming revenue, na sigla em inglês), que é a receita obtida com os jogos, subtraídos os prêmios pagos. Já os jogadores pagarão uma alíquota de 30% de Imposto de Renda sobre o prêmio, mas com isenção para valores até R\$ 2.112.

A arrecadação será dividida entre a **seguridade social** (10%), o Fundo Nacional de Segurança Pública (2,55%), os clubes (1,63%), o Ministério do Esporte (1%) e a educação fundamental (0,82%). O governo pretende arrecadar pelo menos R\$ 12 bilhões com a taxa sobre as apostas esportivas online.

CRÉDITO. Haddad disse ainda ter expectativa para a votação, na Câmara, em agosto do marco de garantias - o texto foi aprovado no Senado com modificações e, por isso, voltou à Câmara. A proposta, que regulamenta as garantias de empréstimo, é uma das apostas da equipe econômica para impulsionar o crédito no País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IR para offshores pode ter proposta em agosto

Pressionado pela necessidade de elevar a arrecadação para cumprir a meta de zerar o déficit fiscal em 2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer antecipar para agosto pelo menos dois "capítulos" da reforma do Imposto de Renda: as tributações dos fundos offshore e dos fundos fechados exclusivos.

Segundo fonte da área econômica, são pontos cujos debates já estão mais maduros, e que ajudarão na tarefa de enviar ao Congresso Nacional, até o fim do próximo mês, uma proposta equilibrada para o Orçamento de 2024.

O pacote principal da reforma do Imposto de Renda, porém, será apresentado apenas no fim do ano, como disse o ministro na terça-feira (18). Nele poderá estar a tributação sobre dividendos, que foi tema da campanha eleitoral de 2022, e uma eventual redução de alíquotas do Imposto de Renda da Pessoas Jurídica (IRPJ). Haddad afirmou na terça que a desoneração da folha seria tratada nesse conjunto.

O texto não está fechado. Não há ainda decisão sobre se a tributação da renda das pessoas físicas será tratada nessa etapa. Também se discute se o fim do Juro sobre o Capital Próprio (JCP) ficaria para essa proposta ou seria antecipado.

A cobrança do Imposto de Renda sobre fundos offshore já foi proposta em abril passado. Está na Medida Provisória 1.171/2023, que eleva de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112,00 o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a partir do dia 1º de maio deste ano. A cobrança do IR sobre investimentos no exterior foi proposta para compensar a renúncia decorrente da alteração na tabela.

Por causa da disputa entre Câmara e Senado em torno das comissões mistas, a MP 1.171 não foi analisada até agora e corre o risco de perder a validade no fim de agosto. A equipe econômica dialoga com o Congresso em busca de uma solução, dado o prazo curto disponível para sua análise.

"O que preocupa, do ponto de vista prático, é ter que pagar imposto no Brasil sem o correspondente caixa", afirmou o tributarista Renato Stanley, do escritório Stocche Forbes, a respeito da MP.

Já a tributação de fundos exclusivos deverá ser proposta em projeto de lei a ser enviado ao Congresso junto com a proposta orçamentária, disse Haddad nessa quarta-feira (19).

Segundo o técnico, deverá ser retomada a ideia de estabelecer uma tributação periódica, apelidada de "come-cotas", sobre os rendimentos desses fundos. Ele comentou que a proposta será elaborada com cuidados para não prejudicar a indústria de fundos. No entanto, a avaliação no governo é que esses investimentos devem ser tributados anualmente. Haddad costuma dizer, nas discussões internas, que se tratam de "offshores no Brasil". Dados coletados pela equipe econômica mostram que a média de patrimônio deles é R\$ 40 milhões.

Stanley explicou que pela regra atual os recursos só são tributados quando o fundo é encerrado, ou seja, o valor é devolvido para cada investidor, o que raramente acontece, segundo o tributarista.

"Essa é uma crítica que o governo faz a esse tipo de veículo.

Mas esses fundos têm capital de risco investido", afirma.

A insegurança provocada pela tributação de fundos fechados pelo "come-cotas" é saber se os **impostos** incidirão sobre patrimônio ou renda, segundo o advogado.

Uma preocupação em relação ao texto apresentado pelo governo anterior na MP 806, de 2017, era a brecha para tributar o estoque de rendimentos e não só a renda nova.

O "come-cotas" para fundos exclusivos já foi tentado outras vezes.

Foi proposto em 2017, pelo governo de Michel **Temer**, e em 2021, pelo governo de Jair Bolsonaro.

Uma preocupação em relação ao texto apresentado pelo governo anterior na MP 806, de 2017, era a brecha para tributar o estoque de rendimentos e não só a renda nova, comentou Stanley.

De acordo com Igor Mauler Santiago, sócio do Mauler

Advogados e presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Processo Tributário (IDPT) a tributação dos fundos exclusivos é constitucional.

A norma deverá atender aos princípios da anterioridade (validade no ano seguinte da sua criação) e da irretroatividade, só atingindo os rendimentos auferidos no ano seguinte à publicação da lei. "Os rendimentos acumulados até então permanecem sujeitos à regra anterior", destacou.

Nos dois casos, a equipe econômica vê a possibilidade de corrigir distorções no sistema tributário, tornando-o mais justo. São duas medidas na linha de "colocar o rico no Imposto de Renda", como prometeu em campanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, há um ganho de eficiência econômica, pois esses recursos voltarão a circular na economia, explicou um técnico.

A tributação de fundos offshore renderia algo como R\$ 3,6 bilhões no ano que vem, enquanto a cobrança sobre rendimentos em fundos exclusivos foi estimada em R\$ 10,38 bilhões para 2018. As estimativas estão sendo recalculadas. Há outras medidas destinadas a engordar a arrecadação em preparação, como a cobrança de **impostos** sobre apostas e a taxação de compras em "marketplaces" internacionais.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607?page=1§ion=1)

Ajuste do IR deve vir após aprovação de reforma

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, na terça-feira (18), que o reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR) deve ser feito somente após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, no Congresso Nacional.

Perguntado sobre uma nova tabela para o IR, o ministro disse que "só depois da aprovação da **reforma tributária** sobre consumo, mais para o final do ano".

Haddad também foi questionado sobre mudanças na tributação de lucros e dividendos, e do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ).

"Não. Vamos começar as discussões internas na Fazenda, vamos apresentar para a área econômica. O mesmo protocolo que a gente sempre faz para as coisas saírem bem feitas", disse o ministro.

Além disso, o mandatário da pasta disse que uma possível desoneração da folha de pagamentos deve estar combinada na proposta de reforma sobre a renda.

Durante as discussões da PEC 45, chegou-se a cogitar prever a desoneração da folha no texto. Sobre isso, Haddad considera "muito ruim" essa junção.

"Mistura assuntos muito diferentes, vai comprometer a reforma sobre consumo", completou.

Projeção do **PIB** e da **inflação** para 2023

A Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda (SPE) prevê que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro crescerá 2,5% em 2023, segundo os dados do boletim macrofiscal divulgado pela pasta nessa quarta-feira (19).

A projeção apresenta um aumento de 0,6 ponto percentual em relação à última previsão da SPE, feita em maio deste ano, que já apontava crescimento econômico de 1,9% neste ano.

As expectativas de crescimento do **PIB** por parte da SPE diferem das projeções do mercado financeiro e do Banco Central. Segundo o último boletim Focus, divulgado na segunda-feira (17), o mercado espera um **PIB** de 2,24% em 2023, enquanto o BC prevê um **PIB**

de 2% neste ano, conforme o relatório de **inflação** divulgado em junho deste ano.

No documento da fazenda, os técnicos apontam que "a revisão no crescimento foi motivada, sobretudo, pelo resultado do **PIB** no primeiro trimestre deste ano, melhor do que o esperado para o setor agropecuário e para alguns subsetores de Serviços e Indústria, e ainda pela expectativa de menores juros até o final do ano, em função da desaceleração nas projeções de **inflação**".

Já as projeções de **inflação** foram ajustadas para baixo. Segundo a SPE, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC A) acumulado em 2023 deve ser de 4,85%. Na última projeção do Macrofiscal, a expectativa de **inflação** para este ano era de 5,58%.

De acordo com a SPE, "a expectativa de **inflação** foi revisada para baixo, repercutindo as surpresas positivas com a divulgação do IPCA de abril e maio; o reajuste autorizado para plano de saúde levemente inferior ao projetado; a redução nos preços da gasolina, diesel e gás de botijão nas refinarias; e revisões nas tarifas de energia elétrica residencial e ônibus urbano".

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6206&edicao=129424>

Haddad quer enviar ao Congresso projeto para tributar fundos exclusivos, focados na alta renda, em agosto

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a proposta de tributação dos chamados fundos exclusivos será enviada ao Congresso no segundo semestre, junto com a peça orçamentária. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 (PLOA-2024) deve ser enviado até 31 de agosto à Comissão Mista Orçamentária (CMO) do Congresso.

Os fundos exclusivos são focados para a alta renda. No geral, um grupo limitado de cotistas mantém altas aplicações e só pagam Imposto de Renda no resgate dos recursos. Haddad disse que a nova proposta de tributação desses fundos será enviada ao Congresso como projeto de lei.

- Tem um conjunto de medidas que vão com o Orçamento e que não passam pelo Imposto de Renda de Pessoa Física - sintetizou.

O ministro falou com jornalistas após reunir-se com o presidente da Câmara, Arthur Lira.

Aumentar as receitas é um pilar central para a sustentabilidade do arcabouço fiscal. A equipe econômica tem meta de zerar o déficit público no ano que vem.

Quem investe em fundos exclusivos recolhe IR apenas no resgate dos recursos, o que pode levar anos. É diferente de outros fundos, que têm incidência do chamado come-cotas, cobrado periodicamente sobre os rendimentos.

Ao tributar fundos exclusivos, o governo estará entrando numa segunda fase da **reforma tributária**, que mira o Imposto de Renda. A primeira fase é focada em **impostos** sobre consumo. O projeto da primeira fase da reforma foi aprovado em julho na Câmara dos Deputados e ainda precisa do aval do Senado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/20/haddad-prepara-projeto-para-tributar-fundos-exclusivos-focados-na-alta-renda.ghtml>

Cenário melhora, mas inflação segue como desafio, aponta Ibre

Apesar da melhora do ambiente doméstico e internacional e do avanço na agenda de reformas, a economia brasileira ainda enfrenta obstáculos significativos.

O maior desafio do Brasil hoje é como reduzir a **inflação** diante de um cenário de atividade aquecida, avalia o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Na edição de julho do Boletim Macro, o FGV Ibre ressalta que nas últimas semanas, tanto no Brasil quanto no exterior, houve desaceleração das taxas de **inflação**, apesar do bom momento do mercado de trabalho.

"Há uma expectativa crescente de que será possível controlar a escalada inflacionária do pós pandemia sem a necessidade de uma recessão. Isso abriria espaço para um cenário de menos aperto monetário, seja interrompendo mais cedo o ciclo de altas nos Estados Unidos, seja cortando mais rápida e significativamente as taxas de juros em países como o Brasil", afirma o Boletim.

Uma outra boa notícia recente, segundo o FGV Ibre, foi a manutenção da meta de **inflação** para 2026 em 3%, pelo Conselho Monetário Nacional. Essa decisão fez com que as expectativas de **inflação** para horizontes de 2025 em diante recuaram significativamente, ressalta o texto.

"Soma-se a isso a fato de termos avançado na aprovação da **reforma tributária** e em questões sobre o arcabouço fiscal", afirma Silva Matos, coordenadora do Boletim Macro. "Sempre discutimos como o potencial de crescimento no Brasil é limitado pela questão tributária. Então, é uma boa notícia que reduz o risco- país, ajuda a ter uma visão mais otimista, tira o risco de cauda, que se exacerbou nos cenários doméstico e internacional, mesmo com questões difíceis [de balancear] como crescimento e **inflação**." O Boletim lembra que diversos estudos mostram que o nosso sistema tributário sobre o consumo de bens e serviços é um entrave ao crescimento da produtividade do Brasil e, portanto, limita o potencial de crescimento da economia.

"Esses estudos mostram que o atual sistema gera não apenas má alocação produtiva, como também má

alocação regional da produção e com impactos distributivos", diz o texto.

O Boletim menciona, por exemplo, o estudo "Tributação e Produtividade no Brasil", do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual a adoção do substitutivo à PEC 45/2019 acrescentaria 2,3 pontos percentuais ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) acumulado até 2032, em relação ao cenário sem reforma alguma.

Alguns pontos, contudo, ainda precisam ser esclarecidos, como qual será a alíquota base, o impacto sobre concessões feitas a setores específicos da economia, com a criação de regimes especiais e alíquotas diferenciadas, além da permissão para Estados criarem **impostos** sobre produtos primários e semielaborados.

Outro recente estudo do Ipea, "Propostas de **Reforma Tributária** e seus impactos: Uma avaliação comparativa", lembra o Boletim, projeta que a alíquota efetiva do novo tributo brasileiro para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,04%. "Quanto essa alíquota pode estimular a informalidade e, com isso, comprometer o ganho projetado de produtividade e crescimento?", questiona o FGV Ibre.

Em paralelo à discussão da reforma, o Brasil tem um cenário de estabilidade inflacionária e atividade aquecida, o que pode dificultar a queda do índice de preços ao consumidor e, conseqüentemente, da taxa de juros.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho registrou queda de 0,08%, "movimento que mais sugere estabilidade nos preços do que deflação", escreve o economista André Braz na seção sobre **inflação**. Apesar de isso indicar o ano encerrando com **inflação** abaixo de 5%, a média dos núcleos tem desacelerado bem mais lentamente.

Segundo o IPCA-EX3, que agrega apenas itens de serviços e bens industriais, a **inflação** em 12 meses está em 7,4%, o que mostra lenta desaceleração em relação a um ano atrás, quando atingiu 10,2%.

"O dado de junho consolida o processo de desinflação de alimentos e de bens industriais, movimento que deve seguir sendo apoiado pela queda no preço de

commodities, pela recente valorização do real, pela desobstrução das cadeias globais de valor e pela menor demanda por bens, como mostram as pesquisadas de comércio e indústria do IBGE", observa o FGV Ibre. "Porém, também confirma uma pressão maior nos itens mais sensíveis ao ciclo econômico, como os serviços." "Em termos mais conjunturais, eu estava mais pessimista sobre o segundo trimestre, mas o setor de serviços tem mostrado resiliência maior. E qualquer cenário melhor para serviços tem impacto mais forte para o **PIB** e emprego", afirma Matos. "Do lado da atividade, indústria, varejo vieram em linha com o que esperávamos, mas o resultado de serviços surpreendeu um pouco, especialmente serviços prestados às famílias, que se reflete no consumo, e parte dos serviços de transporte." O setor de serviços, medido pela Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 0,9% em maio ante abril, e 4,7% na variação anual, acima das projeções de mercado. Serviços prestados às famílias teve a segunda alta consecutiva, com crescimento mensal de 1,1% e anual de 2,8%, enquanto o segmento de transportes subiu 2,2% na variação mensal e 7,1% na anual.

No Boletim, Matos e o economista Armando Castelar Pinheiro questionam: "Nesse cenário, como vamos conseguir desinflacionar a economia sem custos em termos de geração de emprego e do consumo das famílias?" Eles ressaltam que, mesmo esperando o afrouxamento monetário em agosto, alguns membros do Copom mostram uma cautela maior, destacando que "os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica".

E alertam que, "na contramão do que busca a política monetária, o governo tem promovido políticas de estímulos à atividade econômica, como a desoneração para automóveis, caminhões e ônibus", o programa Desenrola para redução do endividamento das famílias, a volta dos subsídios fora do BNDES, além do aumento expressivo do Bolsa Família e a elevação real do salário-mínimo.

A parte sobre atividade do Boletim ressalta que os dados para o segundo trimestre divulgados até agora mostram um quadro menos negativo do que o esperado para o setor de serviços. Após a divulgação dos dados até maio, o FGV Ibre revisou a projeção de crescimento do **PIB** para o segundo trimestre de 1,6% para 1,8%, na variação anual, e para o ano de 2023 de 1,3% para 1,6%.

Isso não evita, contudo, contração do **PIB** no segundo trimestre, ante o primeiro, de -0,4%, ante a previsão de

junho de -0,6%.

"[Neste momento], tenho muita dificuldade de ver aceleração da economia e desaceleração da **inflação** de serviços", diz Matos, ao lembrar do mercado de trabalho aquecido e o reajuste do salário-mínimo contribuem para aumento da demanda.

"E, se demanda é alta, a **inflação** de serviços não cede. Não é que exista um cenário de descontrole.

Há avanços em relação ao começo do ano, mas não é bom para a **inflação**."

"Sistema tributário gera má alocação produtiva e regional da produção" Boletim Macro

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607?page=1§ion=1>

Balança comercial deve ter superávit recorde de US\$ 86,472 bilhões

Revisão da balança comercial brasileira divulgada nesta quarta-feira (19) pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) projeta exportações de US\$ 323,937 bilhões este ano, com redução de 3% em relação aos US\$ 334,136 bilhões efetivados em 2022; e importações de US\$ 237,465 bilhões, queda de 12,9% em relação aos US\$ 272,610 bilhões realizados no ano passado.

De acordo com o presidente-executivo da AEB, José Augusto de Castro, as importações deverão cair mais que as exportações e será gerado um superávit recorde de US\$ 86,472 bilhões em 2023, com aumento de 40,5% em relação aos US\$ 61,526 bilhões apurados em 2022. Entretanto, esse será um superávit negativo, "porque será gerado por fatores negativos e não por fatores positivos.

E não gera atividade econômica, nem empregos" explicou Castro, à Agência Brasil.

Como consequência das quedas de exportação e importação, a corrente de comércio, projetada em US\$ 561,402 bilhões para 2023, mostrará queda de 7,5% em relação aos US\$ 606,746 bilhões apurados no ano anterior.

A previsão anterior da AEB para o ano de 2023, divulgada em 20 de dezembro do ano passado, sinalizava exportações brasileiras de US\$ 325,162 bilhões, importações de US\$ 253,229 bilhões e superávit de US\$ 71,933 bilhões.

O presidente-executivo da AEB atribuiu a queda estimada das exportações em 2023 basicamente à questão de preço no mercado internacional. "Porque os preços, este ano, estão pouco a pouco diminuindo.

Nas importações, houve um crescimento muito forte em 2022 e, agora, os preços estão se ajustando à nova realidade, porque o crescimento interno não justificava aquele aumento forte das importações" Também a guerra Rússia/Ucrânia provocou aumento de preços de uma série de produtos e, agora, esses preços estão sendo atualizados. Os preços de fertilizantes, por exemplo, subiram muito pouco depois da guerra e estão voltando à normalidade, disse Castro.

Commodities As exportações do Brasil seguirão

baseadas em commodities (produtos agrícolas e minerais comercializados no exterior). Dos 15 principais produtos de exportação do Brasil, 14 são commodities. A exceção são veículos.

Castro diz acreditar, por outro lado, que o sonho de o país exportar mais produtos de valor agregado poderá se tornar realidade com a **reforma tributária**. "Mas até que ela seja aprovada, implementada, não é uma coisa imediata. Enquanto isso não acontecer, nós seguiremos exportando commodities como essas" A crise na Argentina diminuirá também a exportação nacional de manufaturados, uma vez que o mercado argentino é o nosso grande importador de veículos.

Por isso, Castro indicou que a tendência é que haja mais concentração de commodities e menos participação de manufaturados na nossa exportação.

Soja em grão deverá manter a liderança das exportações brasileiras, ultrapassando, pela primeira vez, a casa de US\$ 50 bilhões, graças à safra recorde colhida e apesar da queda de 12,7% nas cotações. Também em volume, a AEB projeta que as exportações de soja em grão deverão atingir, em 2023, o recorde de 98 milhões de toneladas, alta de 24% em relação aos 79 milhões de toneladas exportados em 2022.

Em relação às importações, o presidente-executivo da AEB explica que 90% do que o Brasil compra de outros países são produtos manufaturados. "Nós não importamos commodities, a não ser carvão" Ele avalia que se houver um crescimento industrial no Brasil, a tendência é que as importações aumentem.

No caso de uma queda industrial, as importações cairão. "O que a gente está vendo hoje é que a indústria, pouco a pouco, está perdendo participação no **PIB** (bens e serviços produzidos no país) brasileiro. Quanto mais ela perde participação, significa menos importação" explicou o presidente da AEB.

A entidade estima ainda que apesar das quedas das exportações e importações, o comércio exterior brasileiro contribuirá de forma positiva no cálculo do **PIB** deste ano. Os dados projetados pela AEB apontam que o Brasil deverá permanecer na atual 26ª posição no ranking mundial de exportação e, também, de importação.

Covid-19 A revisão feita pela AEB considera também que apesar de ter arrefecido seus efeitos negativos, a pandemia da covid-19 continua impactando diretamente a economia e o comércio mundial e, em particular, seus níveis de desenvolvimento, empregos e investimento

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230720&p=1>

Inadimplência de empresas é alta, mas distante da crise de 2015-16

Stéfanie Rigamonti

Levantamento realizado pelo SWM (Solution Wealth Management), escritório do BTG Pactual, mostra que, embora a taxa de inadimplência das empresas esteja em nível elevado, a situação ainda está distante do observado na crise de 2015 e 2016 no Brasil.

Com a taxa básica de juros (Selic) alta, hoje em 13,75% ao ano, de 2021 para cá o Brasil vem enfrentando um período de crescimento da inadimplência das empresas, segundo a pesquisa, que cruzou dados da Serasa, do Banco Central e de agências de classificação de risco S B Moody's e Fitch.

Ainda assim, a situação é bem melhor que a que o Brasil viveu entre 2015 e 2016.

Em maio, a taxa média de inadimplência das companhias chegou a 2,5%, enquanto no mesmo mês de 2016 era de 3,2%. No pico, em maio de 2017, chegou a 4%.

O número de pedidos de recuperação judicial também está distante do registrado naquele período: a média móvel no acumulado de 12 meses de número de pedidos ficou em 83 em maio de 2023, ante 138 em maio de 2016. No pico, chegou a 156 pedidos, nos meses de outubro e novembro de 2016.

Seguindo o alto nível de endividamento das empresas, houve um forte aumento do rebaixamento das notas de crédito das companhias brasileiras em 2023.

Até maio deste ano, 77 empresas brasileiras tiveram suas notas rebaixadas (down-grade) pelas agências de classificação de risco, enquanto apenas 11 companhias viram suas notas de crédito melhorar (upgrade). No ano passado, foram 19 downgrades, ante 31 upgrades, enquanto em 2021 foram 74 upgrades para 24 downgrades.

Apesar do aumento abrupto de empresas com notas de crédito rebaixadas, em 2016 foi muito pior, quando houve 34 downgrades para 29 upgrades.

"O aumento da inadimplência da pessoa jurídica e dos downgrades é fruto dos juros mais elevados e do maior endividamento das famílias, porém estamos em

um patamar distante de 2015-16", diz Odilon Costa, responsável pela mesa de renda fixa da SWM e que comandou o levantamento.

Segundo a pesquisa, as empresas estão conseguindo se manter com uma alavancagem menor, ou seja, com uma relação mais banca da dívida líquida pelo lucro operacional.

Esse fator, somado a dívidas com prazo maior e mais diversificadas, limitou o efeito negativo do cenário macroeconômico. Em contrapartida, as empresas precisaram lançar mão de medidas que tornaram o mercado de crédito mais conservador.

Para Costa, a desaceleração da **inflação** e do **PIB** brasileiro -tirando o agronegócio- criou um ambiente mais benigno para a redução da taxa Selic, especialmente se houver evolução das pautas de política econômica, como o avanço da **reforma tributária** e do novo arcabouço fiscal.

Dólar tem queda de 0,45%, para R\$ 4,79; Bolsa recua 0,24%

Moeda dos EUA teve impacto de **inflação** mais fracos no exterior e da espera uma pausa na escalada de juros promovida por bancos centrais globais. O dólar também sofreu pressão no Brasil pelo avanço das commodities nesta quarta.

No Brasil, de acordo com profissionais do mercado, o cenário é de agenda esvaziada.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50343&maxTouch=0&anchor=6480465&pd=f4ccf92f28deee62cdfa67aac9efa30a>

Reforma Tributária: setor de energia teme conta de luz mais cara com brecha para imposto seletivo

Por *Victoria Abel - Brasília*

O texto da **Reforma Tributária**, aprovado pela Câmara dos Deputados e que tramita no Senado, abre uma brecha para que o chamado imposto seletivo recaia sobre energia elétrica. O tributo é previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para incidência sobre produtos e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A permissão legal tem preocupado o setor, que teme a elaboração de leis ordinárias criando a taxação. Um novo imposto sobre energia, por sua vez, poderia levar a um aumento da conta de luz para o consumidor final.

- Está dito lá que não podem ser criados outros **impostos** sobre energia elétrica, exceto o imposto seletivo. Ainda que não seja a intenção hoje, a reforma está deixando isso em aberto para uma legislação ordinária poder ou não criar o imposto. A gente acha uma temeridade deixar o texto como está. Você poder criar um imposto que vai tornar o investimento mais caro e a energia fica mais cara. Qualquer imposto sobre energia recai na conta luz final - disse Alexei Vivan, diretor presidente da Associação das Companhias de Energia Elétrica (ABCE) e vice-presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE).

O mesmo artigo da **Reforma Tributária** ainda permite a incidência do imposto seletivo para serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais:

À exceção dos **impostos** de que tratam o inciso II do caput deste artigo e os arts. 153, I, II e VIII, e 156-A, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País, diz o artigo 155, parágrafo terceiro do texto.

A criação do imposto seletivo é prevista no mencionado artigo 153, inciso VIII:

Compete à União instituir **impostos** sobre (...) produção, comercialização ou importação de bens e

serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da lei

Alexei Vivan afirma que o setor já solicitou uma reunião com o relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), para tentar retirar do artigo a menção ao imposto seletivo.

Se fosse colocado em prática, o tributo recairia sobre as chamadas energias sujas, como termelétricas a gás, carvão ou nucleares. Hoje, maior parte da energia fornecida no país já é limpa, proveniente de hidrelétricas, além placas solares e eólicas. Mas o setor de energia argumenta que as termelétricas ainda são necessárias para dar segurança em caso de emergências como crise hídrica, ou baixa incidência solar.

- Temos a matriz limpa. Mas os sistema não consegue se basear só nas energias limpas, porque elas são cíclicas. Você precisa de um insumo que dê sustentação. Se você tiver uma crise hídrica e aumentar o uso das termelétricas, com o custo das usinas mais caro, isso é repassado ao consumidor final - disse o diretor institucional e jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Wagner Ferreira.

Técnicos da Fazenda ouvidos pelo GLOBO afirmam não está sendo considerada a incidência do imposto seletivo sobre termelétricas na elaboração das Lei Complementares, que vão regulamentar a **Reforma Tributária**.

Eles dizem também que não há intenção de tributar combustíveis fósseis com imposto seletivo, porque poderia gerar um custo para as empresas brasileiras de produção e refino.

Os aliados do ministro Fernando Haddad, porém, destacaram que será mantida a diferenciação na tributação entre combustíveis fósseis e biocombustíveis no próprio IBS/CBS, para valorização de produtos ambientalmente limpos.

O setor de energia ainda quer que o Senado trate os produtos do segmento como essenciais. De acordo

com Wagner Ferreira, isso permitiria que a lei complementar criasse um mecanismo de redução do imposto sobre energia, sempre que a arrecadação do país aumentar.

- Que se aplique o conceito de essencialidade e, a partir da transição e das leis complementares que virão, você vá fazendo uma alíquota reduzida em relação a alíquota normal (em caso de alta na receita). Se você percebe que está tendo um excesso de arrecadação, eu posso reduzir um pouco a energia. Você faz algo gradativo, sem gerar prejuízo aos estados - explicou Wagner Ferreira.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/20/reforma-tributaria-setor-de-energia-teme-conta-de-luz-mais-cara-com-brecha-para-imposto-seletivo.ghtml>

A reforma que o Brasil precisa (Artigo)

Mauro Benevides

Mauro Benevides

Jornalista e senador constituinte

Aprovada na Câmara dos Deputados e, a partir de agosto, alvo de discussões no Senado, a **Reforma Tributária** já é considerada um marco no histórico de matérias apreciadas no Congresso Nacional, sobretudo pelo fato de, há mais de três décadas, perdurar o debate sobre o tema, somente agora avançando, em função do novo texto do relator, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), ter utilizado como base legislações vigentes em cerca de 95% dos países mundo afora.

Agora, após o curto recesso parlamentar de meio do ano, as atenções estarão voltadas para a outra Casa Legislativa, onde será debatida à exaustão, objetivando o aprimoramento de itens considerados ajustáveis pelos membros da Câmara Alta, prevendo-se até a segunda quinzena de setembro ou no mais tardar, início de outubro, para que haja uma decisão conclusiva.

Desde que a matéria foi enviada pela Câmara, o presidente Rodrigo Pacheco iniciou as articulações em torno da respectiva PEC, inclusive já tendo indicado o relator, que será o senador Eduardo Braga (MDB-AM), um conciliador com trânsito livre junto a seus pares, agradando tanto ao Governo como as demais correntes políticas.

Por sua vez, governadores e prefeitos continuam conversando com senadores e deputados, a fim de rever pontos que consideram prejudiciais a seus estados e municípios, notadamente quanto a mudanças na cobrança de **impostos** que hoje são administrados por seus entes federados.

Alguns setores de nossa economia (é o caso dos profissionais liberais), também procuram alterar dispositivos que alegam impraticáveis pelos segmentos aos quais pertencem, expondo como argumento a preocupação com o desmontar de mais postos de trabalho no País.

Detentor da habilidade e sapiência peculiares aos mineiros, Rodrigo Pacheco já reforçou a interlocução com lideranças partidárias, empresariado e autoridades governamentais, tudo com vistas a que o texto aprovado na Câmara não sofra modificações

substanciais, dessa forma, podendo ser promulgado tão logo seja deliberado pelos senadores.

Nesse contexto, ao deslindar demanda tão complexa, tentada várias vezes por outras gestões, o Parlamento estará consolidando a verdadeira "reforma de que o Brasil mais precisa...".

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Mais de 6 mi de empresas oferecem cashback no Brasil

O cashback conquistou o coração dos brasileiros e é por isso que cada vez mais empresas apostam na estratégia para fidelizar seus clientes. Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostram que quase 6,5 milhões de empresas já oferecem o programa. Levantamento do site Cuponomia aponta que, em 2021, o cashback movimentou R\$ 10 bilhões no País. Até o governo federal estuda um modelo de devolução de **impostos** para pessoas de baixa renda, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). Datas comemorativas aumentam as buscas dos consumidores por empresas que oferecem a modalidade.

A tradução da palavra cashback resume a dinâmica da estratégia: "dinheiro de volta". O modelo é americano, nasceu na metade dos anos 1980 em uma operadora de cartão de crédito e, no Brasil, se popularizou especialmente na última década. Na prática, funciona assim: ao fazer uma compra, você recebe de volta, como um presente, parte do valor gasto. Ele poderá ser usado em futuras compras ou como desconto em uma transação. A estratégia que movimenta pequenos e grandes negócios, bancos e varejistas também é uma forma de garantir clientes comprometidos com a marca por um longo período.

"A modalidade é popular no Brasil pela facilidade na troca e recebimento do dinheiro de volta. Vale a pena o consumidor verificar as empresas que verdadeiramente se comprometem a recompensar o valor. A prática realmente tem muito para continuar em crescimento", comenta Aluisio Diniz Cirino, CEO da Lecupon - empresa que oferece solução em gestão de benefícios customizados para empresas e entidades.

Recompensa no bolso - O percentual dado como recompensa pela compra varia de empresa para empresa e, neste sentido, o cenário é bastante amplo e criativo.

Programas de milhas e de pontos são exemplos de modalidades usadas como cashback. Nestes casos, o consumidor acumula pontos que são revertidos em benefícios futuros. Já o cashback oferecido por bancos também permite solicitar cartão de crédito que tenha o programa incluído para aproveitar os benefícios das compras. É possível receber cashback ao fazer compras no débito, pagar contas ou comprar em uma loja on-line.

Outra maneira de recompensa é o uso de selos e de cartelas, utilizado com maior recorrência por jornais ou marcas de alimentos. Basta juntar certa quantia de selos e buscar o "prêmio". Em média, a devolução pode chegar até 5% do valor das compras, mas, em algumas ocasiões de grande movimento no comércio, as oportunidades se agigantam.

Quem lucra? - Primeiro, o mercado como um todo. A concorrência gerada por quem dá mais ou menos é sempre um bom estímulo aos negócios. Depois, consumidores e empresas, que encontram no modelo uma forma de organizar as compras, a fidelidade e um dinheiro extra.

O cashback não é como um cupom, que é aplicado diretamente em forma de desconto sobre o serviço ou produto. Na estratégia, é preciso dar o primeiro passo - ou seja, comprar - e receber a "recompensa" na próxima negociação.

Um dos grandes exemplos de cashback no mercado é o da mineira Lecupon. Apenas em 2022, a empresa distribuiu R\$ 3 milhões aos usuários do aplicativo e cresceu 150%. A Lecupon tem previsão de ampliar a cartela de clientes neste ano e, assim, projeta também a expansão da devolução financeira.

"As vantagens de usar este modelo não se limitam apenas ao usuário final. Empresas parceiras que escolhem o formato também são contempladas. Além disso, existe uma rede credenciada bem extensa para oferecer o benefício", destaca o CEO.

A Lecupon vem ampliando seu modelo de negócio, permitindo às empresas criarem seus próprios clubes com cupons de vantagens, acessos vip e uma gama bem ampla de possibilidades. Já são mais de 25 mil estabelecimentos cadastrados, entre pontos físicos e on-line.

Um dos clientes da startup, a subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais (OAB-MG) economizou R\$ 2,5 milhões em 2022 a partir da criação de seu próprio clube de vantagens tendo o cashback como protagonista.

A startup de Minas consegue oferecer um cashback maior, criando um "saldo". "As empresas entenderam

que, para se diferenciarem no mercado e premiarem aqueles clientes mais fide-lizados, o cashback é uma ótima ferramenta, pois, além de não "forçar" um benefício que não possa ser do interesse do cliente, permite uma liberdade maior na escolha de como usar o benefício", explica Cirino.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Produtores de óleos vegetais e grãos temem nova taxaço estadual

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Grandes exportadores de grãos como soja e milho e produtores de óleos vegetais (inclusive biodiesel) estão preocupados com o retorno de um termo à **legislação tributária** abandonado pelo País ainda nos anos 1990. Trata-se do "semielaborado", usado para definir os produtos que podem ser alvo da controversa nova contribuição que os Estados poderão cobrar, mesmo após a extinção do ICMS.

O termo foi incluído no artigo 20 da PEC da **reforma tributária** durante a tramitação na Câmara por meio de uma emenda protocolada poucos minutos antes da votação. A emenda reuniu demandas negociadas de última hora para viabilizar a votação, entre as quais a nova contribuição estadual.

A exigência foi feita pelos governadores do Centro-Oeste, liderados por Mauro Mendes (União Brasil-MT).

Presidente da associação que representa a indústria de óleos vegetais (Abiove), André Nassar afirma que a redação abre brecha para que não apenas os grãos, mas também produtos que passam por algum processamento, como o farelo, também sejam taxados.

"Voltou uma redação passada, que fala em primários e semielaborados, uma redação pré- Lei Kandir (1996). O Brasil já aposentou esse conceito." A Lei Kandir estabeleceu que produtos exportados fossem poupados do ICMS, o imposto estadual. Antes dela, diz Nassar, o grão e o farelo eram taxados quando saíam do País. A atual reforma mantém o benefício aos exportadores, mas permitiu que os Estados cobrem a contribuição sobre "produtos primários e semielaborados", numa emenda que foi apelidada de "Cavalo de Troia".

A inspiração são os fundos dos Estados do Centro-Oeste, como o Fethab (Fundo de Transporte e Habitação), criado pelo Estado de Mato Grosso em 2002 e que incide sobre a venda da soja. Depois dele, o Estado criou novos fundos para taxar também o milho vendido em grão e foi seguido por governadores de Estados que são grandes produtores para exportação, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Maranhão.

O texto da reforma prevê que os governadores que já têm essa contribuição possam continuar fazendo a cobrança até 2043 - ou seja, dez anos após a conversão total do atual ICMS para o IBS (o imposto que vai sucedê-lo). Cinco Estados têm fundos do gênero e mais de uma dezena de outros entes da federação alegam tê-los em leis estaduais e que poderiam colocá- los em operação.

"Esse "semielaborado" dá um medo danado na gente. Se amanhã eles começam a pôr esse fundo em cima do farelo, o impacto é enorme, vão tributar o processamento. Vamos ter de fazer as contas. Pode valer mais a pena mandar todo o grão para fora (do País)", diz Nassar. "Você desincentiva a indústria doméstica." Caso a tributação incida também sobre vendas interestaduais, como ocorre com o fundo de Goiás, é possível que afete até o preço da carne, uma vez que o farelo é usado em raço.

A Abiove defende que a contribuição, se aprovada, permaneça apenas enquanto durar o ICMS (até 2033), alegando que os fundos foram criados para compensar a isenção do imposto estadual fixada na Lei Kandir. "Se acaba o ICMS, por que não acaba o fundo?", diz Nassar.

Ficou para depois

O que falta regulamentar na **reforma tributária**

Definição de alíquotas Uma lei complementar vai regulamentar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) fixando as alíquotas dos futuros **tributos**.

Estados exigiram que essa regulamentação fosse simultânea, ainda que os prazos de transição sejam diferentes. O Ministério da Fazenda será o responsável por calcular as alíquotas dos novos **impostos**

Itens da cesta básica isentos O texto construído na Câmara optou por estabelecer a criação de uma cesta básica nacional, cujos produtos terão alíquota zero. Atualmente, cada Estado e a União têm uma definição dos itens que compõem essa cesta - além dos triviais arroz e feijão, itens como queijos finos e salmão também contam com benefícios tributários. Para uniformizar, uma lei complementar vai definir qual será

a lista de produtos que terão alíquota zero daqui em diante

Alcance do Imposto Seletivo (IS) A função do Imposto Seletivo será regulatória. O novo tributo vai incidir sobre itens que o governo deseje coibir o consumo, e que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Esse tipo de cobrança também é conhecida como "imposto do pecado", e costuma incidir sobre itens como bebidas alcoólicas e cigarros

CrITÉRIOS de divisão do Fundo Regional Os critérios de divisão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR), que receberá aportes do governo federal para Estados e municípios, serão estabelecidos em lei complementar.

A União se comprometeu a bancar o fundo com aporte de R\$ 8 bilhões em 2029 e elevação gradual, até chegar a R\$ 40 bilhões a partir de 2033

Fundo da Amazônia O texto aprovado prevê a criação de um fundo específico para o desenvolvimento do Estado do Amazonas, também bancado pela União. Não há estimativa de custo. Sua criação depende de lei complementar, que vai determinar o valor mínimo de aporte anual e critérios de correção

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preços do gás natural serão reduzidos em 7,1% a partir de agosto

A Petrobras anunciou ontem que vai reduzir o preço do gás natural nas distribuidoras a partir de 1.º de agosto. A redução será de 7,1% em reais por metro cúbico. Com a decisão, a redução nos preços do derivado acumulada no ano chega a 25%, segundo informou em nota a estatal.

O reajuste é referente aos meses de maio, junho e julho, e considera a variação da cotação do produto e dos custos de transporte por dutos.

Os contratos entre a Petrobras e as distribuidoras de gás natural são atualizados trimestralmente e seguem as oscilações do petróleo Brent e da taxa de câmbio. Nos três meses de referência dos contratos, o petróleo apresentou queda de 3,8% e o câmbio subiu 4,8%.

A Petrobras ressaltou ainda em seu **comunicado** que o preço praticado pelas distribuidoras aos consumidores finais não é determinado apenas pelo reajuste dos seus preços, mas também pelo portfólio de suprimento de cada distribuidora, que leva em conta as margens e **tributos** federais e estaduais. Também sofrem a influência das agências reguladoras, responsáveis por aprovar as tarifas ao consumidor.

A redução anunciada ontem afeta os preços do gás encanado distribuído às residências, às indústrias e ao comércio, além do gás utilizado como combustível em automóveis (GNV).

A queda de preços dos combustíveis, incluindo o gás natural, foi um compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E a Petrobras vem sendo cobrada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) não apenas para "abrasileirar" os preços, conforme prometido por Lula, mas também para aumentar a oferta ao mercado. Essa situação vem gerando tensão nas relações entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prévia sinaliza nova deflação no IGP-M em julho

A segunda prévia do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de julho teve queda de 0,72%, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em igual prévia em junho, o recuo foi mais intenso, de 1,78%. Commodities e gasolina mais caras, respectivamente no atacado e no varejo, levaram ao resultado, informou André Braz, economista da FGV responsável pelo indicador.

Mesmo com taxa negativa mais fraca na segunda prévia, é "muito provável" que o IGP-M de julho ainda termine em deflação, embora menor que no mês anterior, segundo ele. Em junho, o IGP-M caiu 1,93%.

Braz disse que também ocorreu queda menos intensa de preços no atacado que tem peso de 60% no total do IGP-M. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) na segunda prévia passou de -2,58% para -1,03% de junho para julho. No período, foram observadas altas e quedas menos intensas de preços em minério de ferro (de -3,14% para 5%); milho em grão (-de 12,48% para -4,48%), trigo (de -6,36% para -0,36%) e soja (de -3,28% para -1,23%).

O minério passa por movimento de recuperação de preços, após sucessivas quedas. Já no caso de trigo e soja, Braz lembrou recente embargo russo às exportações ucranianas desses dois itens. Isso reduz oferta e eleva preços.

Embora as commodities tenham contribuído para queda mais fraca na segunda prévia do IGP-M de julho, bem como do IPA, esses produtos ainda têm muito "recuo acumulado", em 12 meses até a segunda prévia de julho. Para ele, isso deve impedir que a alta de commodities no atacado seja repassada para derivados no varejo.

E no varejo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) voltou a subir, e passou de -0,30% para 0,04%, da segunda prévia de junho para igual prévia em julho. "Mas isso foi causado por gasolina", explicou.

Mesmo com anúncios sucessivos de queda de preços nesse combustível este ano pela Petrobras, a gasolina passou de -11,02% para -6,42% na segunda prévia de junho para a de julho. A alta no preço já era esperada com a retomada de cobrança integral de **impostos** federais sobre o produto este mês.

O Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) passou de 1,31% para 0,03%, da segunda prévia de junho para a de julho.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187607?page=1§ion=1>

Estimativa para alta do PIB no ano passa de 1,9% para 2,5%

O Ministério da Fazenda elevou novamente sua projeção para o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. De acordo com os dados divulgados ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a estimativa passou de 1,9% (porcentual divulgado em maio) para 2,5%. O resultado esperado para 2024 se manteve em 2,3%.

A revisão no crescimento para este ano se deve, em parte, ao resultado do **PIB** no primeiro trimestre, que cresceu 1,9%. Segundo a SPE, o dado foi melhor do que o esperado para o setor agropecuário e para alguns subsetores de serviços e indústria. A projeção maior para 2023 ainda foi influenciada pela expectativa de menores juros até o fim do ano, em função da desaceleração nas projeções de **inflação**, apontou a Fazenda.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central projetaram uma alta de 2,24% para o **PIB** de 2023.

A nova projeção vem depois de o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do próprio BC ter indicado uma queda de 2% no ritmo de atividade da economia em maio, já descontados os efeitos sazonais. O indicador é considerado uma espécie de "prévia" do resultado oficial do **PIB** (calculado pelo IBGE).

O fim das safras de soja e milho, que empurraram para cima os índices nos primeiros meses do ano, foi apontado como o fator que mais influenciou a queda.

Economistas e analistas de mercado demonstraram surpresa com o IBC-Br de maio.

MAIS ESTÍMULOS. O secretário de Política Econômica da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou ser "evidente" que é possível que o crescimento do **PIB** em 2023 seja até maior do que os 2,5%, mas acrescentou que a secretaria preferiu ser cautelosa nas suas projeções. Para Mello, alguns fatores podem levar a uma variação mais próxima de 3%, que dependerão do comportamento da economia nos próximos meses e da recuperação do mercado de crédito.

Nesse sentido, ele citou os futuros efeitos do Desenrola, programa do governo para renegociação de dívidas, e o lançamento do novo PAC, programado

para agosto.

"Estamos falando que é algo em torno de 2,5%. Acharmos que é possível que seja maior do que isso, é evidente que é possível, dependendo de como a economia se comportar, se tiver recuperação do mercado de crédito. O Desenrola parece estar sendo um grande sucesso, o novo PAC, tem uma série de fatores", afirmou ele, acrescentando que a secretaria não tem a pretensão de "acertar a segunda casa decimal, nem a primeira" da projeção.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda revisa projeção e vê chance de inflação ficar "dentro do teto"

FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO BRÁSILIA

O Ministério da Fazenda reduziu sua projeção para a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2023 e 2024. De acordo com os novos parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE), a estimativa para 2023 caiu de 5,58% para 4,85%, muito próximo do teto da meta no ano - que é de 4,75%. Segundo o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, houve "aumento expressivo das chances do IPCA terminar dentro da banda superior da meta de **inflação**".

Para 2024, a projeção de IPCA caiu de 3,63% para 3,30%. A meta de **inflação** do ano que vem é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O último boletim da SPE havia sido divulgado em maio. Também foram divulgadas novas projeções para o **PIB** (mais informações nesta página).

No documento, a SPE argumenta que a revisão na projeção para a **inflação** oficial neste ano foi motivada, sobretudo, pelas "surpresas positivas" com a divulgação do IPCA de abril (0,61%) e maio (0,23%). Eles citaram como pontos relevantes o reajuste autorizado para plano de saúde, que foi levemente inferior ao projetado e a redução nos preços dos combustíveis (gasolina, diesel e gás) nas refinarias, além de revisões nas tarifas de energia elétrica residencial e dos ônibus urbanos.

Em relação a 2024, a explicação dada pela SPE para a redução da projeção reflete mudanças no cenário externo, como o câmbio e o preço de commodities, além de menores reajustes previstos para preços monitorados.

Após a deflação de 0,08% no IPCA de junho, a expectativa inflacionária para 2023 ficou estável em 4,95% no Boletim Focus divulgado nesta semana.

Um mês antes, a mediana era de 5,12%. Para 2024, foco da política monetária, a projeção continuou em 3,92%. Há um mês, era de 4,00%. O Ministério da Fazenda destacou a mudança no regime de meta de **inflação** (para meta contínua, a partir de 2026) como um fator que também deve ajudar para a convergência das expectativas de **inflação** para este ano.

SALÁRIO MÍNIMO. A Fazenda também reduziu a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo.

De acordo com a pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano recuou de 5,34% para 4,48%. Para 2024, a projeção foi revisada de 3,44% para 3,01%. Já a estimativa para o IGP-DI em 2023 foi reduzida de 2,06% para -2,21%. Para o próximo ano, a projeção caiu de 3,78% para 3,63%.

Novos números

4,85% é a nova estimativa do Ministério da Fazenda para a variação do IPCA neste ano - próxima do teto da meta, de 4,75%.

A pasta fala em "surpresas positivas" nos últimos meses, e aposta em manutenção do atual ciclo de desaceleração dos preços no varejo

4,95% é a projeção de analistas de bancos e consultorias para a **inflação** em 2023, segundo a última edição do Boletim Focus

3,3% é a nova previsão da Fazenda para o IPCA de 2024, ante os 3,63% divulgados em maio passado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os vários sinais da economia - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) informou em relatório que o Brasil tem recebido fluxos "consideráveis" de recursos estrangeiros e que a tendência é que o investimento direto vá ganhando mais peso no total de capital externo que entra no Brasil.

Este é considerado o melhor tipo de investimento, já que é direcionado à produção e é de longo prazo. O Ministério da Fazenda revisou ontem para 2,5% a previsão de crescimento do ano. Contudo, no mesmo dia, o monitor do **PIB** da FGV apontou que a atividade tombou 3% em maio, e o IBC-Br de maio, divulgado segunda-feira, registrou queda de 2%, um número pior do que o previsto pelos bancos. Afinal, a conjuntura econômica é boa ou ruim?

Há seguidas boas notícias na área econômica, mas há sombras. Ao mesmo tempo em que a mediana da previsão de crescimento do ano subiu de 0,8% para perto de 2,24% desde janeiro, há a certeza de que, no imediato, a tendência é de desaceleração. Vai crescer mais no ano do que se imaginava, mas agora é uma hora de baixo crescimento.

Em parte tem o efeito sazonal da maior safra de grãos que o país já produziu. Ele já ficou para trás. Em parte pelos juros elevados por muito tempo, que cobram seu preço. O país deve crescer mais de 2%, mas, em grande medida, pelo que aconteceu no primeiro trimestre. Agora a economia está às voltas com vários problemas decorrentes da política monetária apertada. O que os últimos indicadores como o IBC-Br do Banco Central, o Monitor do **PIB** da FGV e os dados setoriais fazem é reforçar que a melhor decisão do Copom é cortar os juros. E hoje o que se discute é quanto. Muito provavelmente os juros serão reduzidos em 0,5 ponto percentual, levando a Selic para 13,25% no começo de agosto.

Para justificar a decisão do BC há números fracos de atividade e os dados positivos de queda da **inflação**, que está em 3,1%, nos últimos 12 meses. Há dados surpreendentes como o que está acontecendo com o IGP-M, que ontem chegou a uma queda de 7,72%, nos últimos 12 meses. Os donos dos imóveis e as imobiliárias administradoras não falam, mas deviam falar, em redução dos aluguéis. Afinal, se o número

fosse de alta eles estariam elevando os preços.

A balança comercial que será recorde, como O GLOBO ressaltou ontem, foi também puxada pelo agronegócio.

O saldo no primeiro semestre foi de US\$ 45 bilhões. No ano deve chegar a US\$ 65 bilhões. Ou seja, a maior parte já aconteceu.

Mas o Brasil vive uma conjuntura muito boa no comércio exterior.

O superávit subiu por aumento de volume exportado, os preços das commodities agrícolas caíram, o dólar está em nível mais baixo e a previsão do **PIB** subiu.

Houve um tempo em que o superávit só aumentava se houvesse recessão, desvalorização cambial, ou ambos.

Independentemente da perda de fôlego da atividade no curto prazo, um exame detalhado dos números revela que a conjuntura é singular e muito favorável ao Brasil, e que há motivos para otimismo. Mas, ao mesmo tempo, há sombras no horizonte.

No curto prazo, o novo ataque russo ao escoamento da produção agrícola da Ucrânia, através da suspensão do acordo e do bombardeio contra dois portos ucranianos, pode afetar preços internacionais de milho e trigo e, portanto, de ração animal e de pães e massas em geral. Por enquanto não é forte, mas uma das boas notícias deste ano tem sido a queda da **inflação** de alimentos. O mais preocupante, contudo, é o efeito do El Niño nos dados de 2024. O Bradesco divulgou ontem um relatório sobre o assunto em que disse que "a intensidade do atual fenômeno é incerta", mas que a "rápida aceleração da temperatura das águas do Pacífico traz um risco de ocorrência de um super El Niño".

A última vez que o fenômeno veio com muita força, em 2015-2016, houve uma quebra de safra global de grãos e de açúcar, o que pressionou os preços dos alimentos. "O grande risco, em nossa avaliação, é termos uma quebra de safra agrícola global, elevando os preços no mundo. Nesse cenário a safra brasileira recuaria 10% e a **inflação** de alimentos no domicílio ficaria entre 8% e 9%." Isso piora tanto a previsão de

crescimento do **PIB**, quanto a de **inflação** no ano que vem. Tudo isso precisa estar no radar: a evidente melhora na economia, os sinais recentes de fraqueza na atividade e o imponderável.

*

Tudo precisa estar no radar: a evidente melhora na economia, os indícios recentes de fraqueza na atividade e o imponderável

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

SPE projeta PIB maior e inflação menor em 2023

As perspectivas para o crescimento econômico deste ano melhoraram ao longo dos últimos dois meses e a **inflação** deve ser menor do que o projetado anteriormente.

A avaliação foi feita pelo Ministério da Fazenda no Boletim Macrofiscal, documento bimestral cuja edição mais recente foi divulgada ontem pela pasta. O Ministério da Fazenda defende ainda que a expansão da economia pode continuar surpreendendo positivamente até o fim de 2023 e que "não há nenhuma razão técnica para a taxa [básica] de juros estar no nível que está agora".

Conforme divulgado no boletim, o Ministério da Fazenda elevou a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano de 1,9% para 2,5%.

A alta pode ser explicada por dois fatores principais: desempenho "melhor do que o esperado" da agropecuária e de alguns segmentos da indústria e dos serviços no primeiro trimestre; expectativa de juros mais baixos até o fim do ano, por causa "da desaceleração nas projeções de **inflação**".

Na entrevista coletiva concedida para comentar o Boletim Macrofiscal, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que a pasta assumiu "postura um pouco mais conservadora" na projeção para o **PIB** de 2023. Segundo Mello, é possível que o crescimento deste ano fique mais próximo de 3% do que de 2,5%, por causa de fatores como "recuperação no mercado de crédito" e lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O secretário afirmou, por exemplo, que as informações que o Ministério da Fazenda possui a respeito dos primeiros dias de funcionamento do Desenrola apontam que o programa "é um grande sucesso". Para 2024, no entanto, a projeção de crescimento foi mantida em 2,3%.

As estimativas oficiais mostram um cenário melhor para a atividade econômica do que o projetado pelo mercado. Segundo o Boletim Focus divulgado na segunda-feira pelo Banco Central, as estimativas medianas do mercado são de altas do **PIB** de 2,24% neste ano e 1,3% no ano que vem.

Já as projeções do Ministério da Fazenda para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuaram tanto para 2023 (de 5,58% para 4,85%) quanto para 2024 (de 3,63% para 3,3%). Por sua vez, o Focus aponta IPCA de 4,95% neste ano e de 3,92% no ano que vem.

A queda na **inflação** projetada pelo Ministério da Fazenda para 2023 ocorreu por causa de fatores como: "surpresas positivas" do IPCA em abril e maio; reajuste "levemente inferior ao projetado" nos planos de saúde; recuo dos preços de gasolina, diesel e gás de botijão nas refinarias; revisões nas tarifas de energia elétrica residencial e ônibus urbano.

"Para 2024, a redução da projeção reflete a mudança no cenário de câmbio e de preço de commodities, além dos menores reajustes previstos para monitorados, em parte por causa da desinflação esperada para 2023, em parte por causa das condições projetadas para a demanda externa", disse a pasta no Boletim Macrofiscal.

Na entrevista, Mello afirmou que, com a conjuntura atual, "não há nenhuma razão técnica para a taxa [básica] de juros estar no nível que está agora", em 13,75% ao ano. O secretário citou como exemplo a projeção de **inflação** do Banco Central para 2024, que é de 3,4%, "muito próxima" da meta de 3%, segundo ele.

"Isso traz todas as condições para que a política monetária reduza o seu viés contracionista ao longo do tempo. Até porque, com a **inflação** caindo e a taxa nominal [de juros] parada, a taxa real vai disparando e a postura contracionista da política monetária vai aumentando", disse.

Mello afirmou, porém, que "de forma alguma" estava "dizendo que a atuação do BC é política".

"O Banco Central analisa outras variáveis que não apenas aquelas variáveis que nós analisamos."

Fazenda "assumiu" postura pouco mais conservadora" na projeção para o **PIB** Guilherme Mello

2,5% é a projeção da SPE para o **PIB** de 2023

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607?page=1§ion=1)**

PIB cai 3% em maio na comparação com abril, indica Monitor da FGV

O Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - apresentou queda de 3% em maio deste ano, na comparação com abril. O dado foi divulgado na quarta-feira (19), no Rio de Janeiro, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em sua pesquisa Monitor do **PIB**.

Segundo a coordenadora do estudo, Juliana Trece, o recuo da atividade econômica brasileira no mês foi influenciado pelo fim dos principais meses de colheita da soja. Como o crescimento do **PIB** nos primeiros meses foi puxado pela produção do grão, o fim da colheita provocou um recuo no indicador em maio. Juliana afirmou que mesmo que o maior responsável pela queda tenha sido a agropecuária, houve recuos também nos setores da indústria e dos serviços, influenciados pelos juros elevados.

Na comparação com maio do ano passado, no entanto, a economia cresceu 1,8%. Também houve alta de 3,5% na comparação do trimestre encerrado em maio deste ano com o mesmo período de 2022. A alta neste último tipo de comparação foi puxada pelo consumo das famílias, que cresceu 2,9%, e pelas exportações, que avançaram 17,2%. A formação bruta de capital fixo (investimentos) caiu 0,8% no trimestre. Já as importações, que contam negativamente para o cálculo do **PIB**, aumentaram 7,3%. O monitor do **PIB** não é a pesquisa oficial sobre o desempenho da economia brasileira. Oficialmente, o **PIB** é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado trimestralmente. O dado mais recente do IBGE aponta que - no primeiro trimestre deste ano - a economia brasileira cresceu 1,9% na comparação com o último trimestre de 2022 e 4% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, além de ter acumulado alta de 3,3% em 12 meses. Segundo o último Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na última segunda-feira (17), a economia brasileira deve crescer 2,24% este ano.

Balança comercial deve registrar superávit de US\$ 86,472 bilhões

Produtos como a soja em grãos deverão manter a liderança das exportações do país, ultrapassando o montante de US\$ 50 bilhões. A balança comercial brasileira deve registrar superávit recorde de US\$ 86,472 bilhões em 2023, um aumento de 40,5% em relação aos US\$ 61,526 bilhões apurados em 2022. O dado foi alcançado após revisão do indicador pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e divulgado nesta quarta-feira (19/07). Segundo a entidade, a projeção é de exportações de US\$ 323,937 bilhões, com redução de 3% em relação aos US\$ 334,136 bilhões observados em 2022. Além disso, a estimativa é de importações de US\$ 237,465 bilhões, recuo de 12,9% em relação aos US\$ 272,610 bilhões realizados no ano passado.

Como consequência das quedas de exportação e importação, a corrente de comércio, projetada em US\$ 561,402 bilhões para 2023, deverá ter queda de 7,5% em relação aos US\$ 606,746 bilhões apurados em 2022.

A previsão anterior da AEB para o ano sinalizava exportações brasileiras de US\$ 325,162 bilhões, importações de US\$ 253,229 bilhões e superávit de US\$ 71,933 bilhões.

O presidente-executivo da AEB atribuiu a queda estimada das exportações em 2023 basicamente à questão de preço no mercado internacional. "Porque os preços, este ano, estão pouco a pouco diminuindo. Nas importações, houve um crescimento muito forte em 2022 e, agora, os preços estão se ajustando à nova realidade, porque o crescimento interno não justificava aquele aumento forte das importações". Também a guerra Rússia/Ucrânia provocou aumento de preços de uma série de produtos e, agora, esses preços estão sendo atualizados. Os preços de fertilizantes, por exemplo, subiram muito pouco depois da guerra e estão voltando à normalidade, disse Castro.

Produtos As exportações brasileiras deverão seguir de acordo com as commodities, que são produtos agrícolas e minerais comercializados no exterior.

Dos 15 principais produtos de exportação do Brasil, 14 são commodities, com exceção dos veículos.

Produtos como a soja em grãos deverão manter a

liderança das exportações do país, ultrapassando o montante de US\$ 50 bilhões. Isso deve ocorrer em razão da safra recorde colhida e apesar da queda de 12,7% nas cotações. Com relação ao volume, a AEB estima que as exportações de soja em grão deverão atingir, até o final deste ano, o recorde de 98 milhões de toneladas, avanço de 24% em relação aos 79 milhões de toneladas exportados em 2022.

Além disso, a Associação estima ainda que apesar das quedas das exportações e importações, o comércio exterior brasileiro contribuirá de forma positiva no cálculo do **PIB** deste ano. Os dados projetados pela AEB apontam que o Brasil deverá permanecer na atual 26ª posição no ranking mundial de exportação e, também, de importação.

Site: <https://oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2023/07/20-07-23.pdf>

Dólar forte afeta países despreparados, diz FMI

Sérgio Tauhata De São Paulo

As variações do dólar afetam de maneira mais profunda e duradoura as economias emergentes em comparação às desenvolvidas.

No entanto, alguns emergentes conseguem suavizar esse impacto por conta de duas características: são países com expectativas de **inflação** mais ancoradas e adotam regimes cambiais mais flexíveis. As conclusões fazem parte do novo "Relatório do Setor Externo" do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na avaliação dos especialistas do fundo, "expectativas de **inflação** mais ancoradas permitem maior liberdade na resposta da política monetária". Quando há uma depreciação da moeda local em relação ao dólar, se as expectativas estiverem bem ancoradas "um país pode executar uma política monetária mais afrouxada e, como resultado, há um declínio inicial mais superficial na produção real". As economias de mercados emergentes com regimes cambiais mais flexíveis tendem também a desfrutar de uma recuperação econômica mais rápida.

Isso ocorre devido a uma considerável depreciação imediata da taxa de câmbio, o que ajuda o setor exportador conforme o organismo internacional.

A pesquisa aponta ainda que regimes de taxas de câmbio flexíveis podem ser apoiados e facilitados pelo desenvolvimento do mercado financeiro doméstico.

A maior oferta de crédito em moeda local ajuda a diminuir a sensibilidade das condições de empréstimos à taxa de câmbio.

Na visão do FMI, a previsibilidade da política fiscal e a confiança na política monetária são condições essenciais para sustentar as expectativas de **inflação** ancoradas. "Compromissos sustentados de longo prazo para melhorar as estruturas fiscal e monetária ajudam a ancorar as expectativas de **inflação**. Isso inclui garantir uma combinação bem equilibrada de políticas fiscais e monetárias, aumentar a independência do banco central e continuar a fortalecer a eficácia das comunicações." Os técnicos do fundo explicam que, "com base em pesquisas recentes de Maurice Obstfeld e Haonan Zhou, descobrimos que os efeitos negativos das valorizações

do dólar americano recaem desproporcionalmente sobre economias de mercado emergentes quando comparadas com economias avançadas".

Nas economias de mercados emergentes, uma valorização de 10% do dólar americano, vinculada às forças do mercado financeiro global, diminui a produção econômica do país em 1,9% após um ano, e esse obstáculo perdura por dois anos e meio, conclui o relatório. Em contraste, os efeitos negativos nas economias avançadas são consideravelmente menores, chegando a 0,6% de retração após um trimestre, além de desaparecer em apenas um ano.

Nas economias emergentes, os efeitos do dólar forte se espalham por meio de canais comerciais e financeiros. "Os volumes reais de comércio diminuem mais acentuadamente, com as importações caindo duas vezes mais do que as exportações", aponta o documento. "As economias emergentes também tendem a sofrer desproporcionalmente em outras métricas importantes: piora na disponibilidade de crédito, diminuição dos fluxos de capital, política monetária mais rígida e maiores quedas no mercado de ações." Além disso, as valorizações do dólar impactam a conta-corrente em emergentes. Conta-corrente é um conceito que reflete a variação de resultado das transações de um país em termos de bens, serviços e rendas com o exterior.

Como parcela do **PIB**, os saldos de conta-corrente (poupança menos investimento) aumentam tanto nos emergentes quanto nas economias avançadas de menor porte, devido a taxa de investimento deprimida. No entanto, o efeito é maior e mais persistente para os mercados emergentes.

Segundo o fundo, a depreciação da taxa de câmbio e a política monetária acomodatória facilitam o ajuste do setor externo para as economias avançadas.

Nos emergentes, "o medo de deixar o câmbio flutuar e a falta de acomodação da política monetária potencializam o aumento de [déficits de] conta-corrente".

Os saldos globais de contacorrente, calculados como a soma dos saldos absolutos de conta-corrente entre os países, compõem uma métrica importante no Relatório do Setor Externo do FMI, pois podem indicar

vulnerabilidades financeiras crescentes e tensões comerciais.

De acordo com o FMI, uma valorização de 10% está associada a um declínio nos saldos da conta-corrente global de 0,4% do **PIB** mundial após um ano. "A magnitude do declínio é economicamente significativa, pois os saldos globais médios nas últimas duas décadas foram de cerca de 3,5% do **PIB** mundial, com um desvio padrão de 0,7%." Conforme o fundo, "o declínio nos saldos globais reflete uma ampla contração no comércio, afetada pelo estreitamento dos saldos comerciais de commodities, dada a queda dos preços das commodities que historicamente acompanham as valorizações do dólar americano".

O estudo destaca ainda a importância de ir além das políticas macroeconômicas domésticas.

O FMI sugere haver necessidade de mecanismos internacionais para suavizar os efeitos de ciclos de forte valorização da moeda americana. "Ferramentas de política precaucionais, como redes de segurança globais, são importantes para lidar com os ciclos do mercado financeiro global e seus efeitos colaterais." O relatório pontua também que "em economias emergentes com graves desequilíbrios financeiros e vulnerabilidades de balanço, medidas macroprudenciais e de gerenciamento de fluxo de capital podem ajudar a mitigar repercussões transfronteiriças negativas".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607>

Posição externa do Brasil ficou em linha com fundamentos

Sergio Lamucci De São Paulo

A posição externa da economia brasileira em 2022 ficou amplamente em linha com o nível sugerido pelos "fundamentos de médio prazo e com as políticas desejáveis", segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na avaliação do órgão, o déficit em conta corrente deve se estreitar gradualmente para 2,3% do **PIB** neste ano, mantendo-se estável à medida que o crescimento convirja para o ritmo potencial e a poupança pública melhore. No ano passado, o rombo do resultado das transações do país de bens, serviços e rendas com o exterior ficou em 3% do **PIB**.

Ao tratar do câmbio, o FMI diz que a taxa efetiva real se apreciou 18,8% nos primeiros quatro meses de 2022, antes de haver uma reversão gradual e parcial desse movimento no resto do ano. Em 2021, o indicador ficou de modo geral estável. Essa medida do câmbio leva em conta a **inflação**, ponderada pelo peso dos principais parceiros comerciais do país.

Nas contas do FMI, a taxa efetiva real em abril deste ano se encontrava 2,3% mais valorizada em relação à média do ano passado.

Nos cálculos do Fundo, o real em 2022 tinha uma depreciação de 29,1% em comparação ao índice estimado para a taxa real efetiva; considerando metodologias de nível de câmbio, a subvalorização seria de 14,4%.

As estimativas fazem parte do relatório do FMI avaliando o setor externo de 29 economias desenvolvidas e emergentes e mais a zona do euro, divulgado ontem.

O documento aponta que os riscos à posição externa do país no médio prazo se relacionam a incertezas sobre condições financeiras globais e ao progresso insuficiente das reformas domésticas. As potenciais respostas apontadas pelo Fundo para manter a conta corrente em situação confortável envolvem esforços para aumentar a poupança nacional, necessária para abrir espaço a uma expansão sustentável do investimento, além de uma consolidação fiscal que contribua para melhorar a situação das contas públicas.

O Fundo também destaca a importância de melhorar a qualidade da força de trabalho e implementar as reformas estruturais para reduzir o custo de fazer negócios, o que também fortaleceria a competitividade da economia do país.

O relatório analisa o comportamento recente do resultado em conta corrente do Brasil.

Destaca que houve um déficit de 3% do **PIB** no ano passado, a despeito de um superávit comercial expressivo, de 2,3% do **PIB**, refletindo rombos maiores em serviços de transporte e renda primária, relacionado a remessas de lucros e dividendos. Em 2022, a avaliação do balanço externo do país sugeria um déficit em conta corrente consistente com os fundamentos e com políticas desejáveis de 2,2% do **PIB**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187607>

Marco Legal de Garantias: primeiras impressões

O alto patamar de juros no Brasil é um problema estrutural que vai além do cenário conjuntural de **inflação** elevada. O chamado custo Brasil, que imputa ao País um elevado custo de produção e comercialização de bens e serviços, contribui para que, mesmo em um cenário de estabilidade de preços, os juros se situem em patamares mais elevados que seus pares internacionais. Nesse sentido, as chamadas reformas estruturais se fazem necessárias - em especial, as microeconômicas. Aqui, irei tratar de uma delas, que já foi, inclusive, aprovada no Plenário do Senado Federal.

O Projeto de Lei 4.188, de 2021, conhecido como Marco Legal de Garantias, foi proposto ainda no governo Bolsonaro, sendo aprovado na Câmara dos Deputados em 2022 e no Senado no início de julho deste ano. Sofrendo alterações na última casa, o texto deve retornar à Câmara para aprovações. O objetivo principal do Marco é facilitar o acesso ao crédito, reduzir o seu custo e aumentar a concorrência nesse mercado. Busca-se promover isso criando um ambiente mais seguro para credores e tomadores de recursos.

Atualmente, o sistema de garantias no Brasil é bastante restrito, sendo o processo de registro complexo e demorado. Isso dificulta o acesso ao crédito para o agente interessado, seja ele pessoa física ou jurídica. Dentre diversas outras ineficiências, temos o fato de que uma garantia só pode ser dada a uma única operação, ainda que o valor desta primeira seja superior ao volume de recursos solicitado.

Buscando corrigir essas distorções, o Marco Legal de Garantias prevê a flexibilização e a diversificação do uso de ativos reais como garantia para operações de crédito, o que significa que as pessoas e as empresas poderão usar mais tipos de bens como garantia para obter um empréstimo. Além disso, a lei prevê o fracionamento das garantias em múltiplas

operações, o que significa que o agente tomador poderá dividir a garantia em várias operações diferentes. Isso facilitará o acesso ao crédito para aqueles que não possuem garantias suficientes para obter um empréstimo. Para ilustrar, considere um agente que queira captar R\$ 100 mil via empréstimo bancário e, para isso, concede como garantia um imóvel de R\$ 1 milhão. No cenário atual, até que se

finalize o compromisso financeiro, isto é, ocorra o pagamento da última parcela, o ativo permanece preso a essa operação. Com o Marco Legal, apenas a fatia correspondente ao compromisso financeiro - R\$ 100 mil - ficaria destinada à operação em questão, podendo o solicitante utilizar o mesmo bem como garantia em outras operações no valor excedente.

Outra importante inovação é a criação das Instituições Gestoras de Garantias, as IGGs. Grosso modo, a intenção é promover a "desverticalização" da gestão de garantias e concessão do crédito. Hoje, essas duas ações são feitas em conjunto, concentrando o processo e tornando mais restritas as opções ao consumidor e, conseqüentemente, onerando a operação. Com a figura da IGG, teríamos um agente especializado na gestão de garantias, intermediando as operações entre bancos e tomadores de recursos, sendo sua contratação opcional. Com a IGG ficando responsável pela avaliação dos bens dados em garantia, assim como pelos casos de execução, poderíamos ter maior eficiência no uso da garantia, na especialização dos serviços e na ampliação da concorrência, visto que se reduz as barreiras à entrada para agentes que queiram conceder crédito. Essa pauta, porém, parece não ser de interesse do Senado, visto que foi retirada da versão encaminhada pela casa sob a justificativa de que "sua criação traria burocratização ao sistema de garantias, uma vez que as instituições de crédito já constituídas possuem total capacidade para atender à população".

Reformas microeconômicas fazem diferença no dia a dia das pessoas e das empresas. Boas reformas estimulam o investimento, a produção, o emprego e a renda. Nesse sentido, o Marco de Garantias é peça-chave para destravar o mercado de crédito e reduzir os juros. Ressalta-se que o texto da norma é muito mais amplo do que o que fora apresentado aqui. Oportunamente e, após aprovação em definitivo, retomarei essa pauta.

* Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG. Redes Sociais: Instagram: @guilhermexertifiquei

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/guilherme-->

almeida-economista

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Setor elétrico é essencial para garantirmos a sustentabilidade no país (Artigo)

** Wagner Ferreira, diretor institucional e jurídico da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).*

O Setor Elétrico Brasileiro tem como pilar garantir e fortalecer a autonomia e soberania nacional, a segurança, qualidade de vida e prosperidade. Ao longo dos anos, pressionado pela globalização, tecnologia e agendas ambientais, o setor tem sofrido mudanças aceleradas. Agora, é urgente um compromisso dos três poderes pela sustentabilidade dessa força motriz pelo bem do nosso desenvolvimento.

A guerra entre Rússia e Ucrânia nos mostra como a segurança energética é essencial. Vários países da Europa dependem do fornecimento de gás russo. Um país soberano não pode abrir mão de formular e implementar políticas que visem assegurar o planejamento e funcionamento da energia elétrica em seu território.

A transição energética impõe mudanças que envolvem a geração limpa, redução de emissões, investimentos em ativos estratégicos na busca de um selo ESG. Mas é preciso entender esses movimentos e analisar as reais necessidades e motivações para políticas públicas.

A matriz elétrica brasileira envolve mais de 80% de fontes limpas, o dobro da média mundial, o que nos faz refletir sobre os impactos de políticas que visam estimular geração de fontes limpas com altos subsídios. O Brasil escolheu doses excessivas de subsídios que acabam impactando sobremaneira a conta de luz e trazendo riscos operacionais ao setor.

Nesse aspecto, duas questões são vitais. A sustentação e segurança que as fontes de energia - firmes e intermitentes - devem prover ao sistema. E o custo dessa energia, que deve ser rateado isonomicamente entre os usuários do serviço. Isso não ocorre hoje, e, normalmente, o mais pobre paga pelo benefício do mais rico.

Um sistema elétrico ancorado em energia intermitente pode levar a instabilidades e custos excessivos. O Operador Nacional do Sistema já indica risco de apagão em função do crescimento abrupto da fonte solar por geração distribuída fora do planejamento

setorial.

Além disso, há um subsídio que alcançará mais de R?

100 bilhões ao longo dos próximos 23 anos (até 2045) na forma da lei 14.300/2022, que confere descontos na conta a quem instala painéis solares.

É preciso avaliar sob diversas perspectivas as políticas que afetam a operação de energia elétrica. A tributação é a primeira delas. A conta de luz é um instrumento de fácil arrecadação, que alcança quase toda a população e é vista muitas vezes como um instrumento de uso público e político para ancorar as necessidades da sociedade. Hoje, 30% da sua conta de luz é resultado de tributação.

Estudos do IPEA indicam que 10% de redução na conta de luz geram um impacto positivo de 0,45% no **PIB**. É inadmissível, portanto, uma carga tributária alta num insumo essencial e estratégico.

Os Encargos Setoriais já custam algo como 13% da sua conta de luz, somando R? 35 bilhões/ano, e se traduzem em políticas públicas aprovadas na lei 10.438/2002. Para referência, 10 anos atrás, custavam R? 10 bilhões. E chegarão a R? 50 bilhões nos próximos dois ou três anos, se nada for feito.

Outro ponto essencial é o combate ao furto de energia, crime tipificado no código penal. Os furtos somam mais de R? 10 bilhões anuais, oneram a conta dos consumidores e as distribuidoras, além de gerar riscos de segurança à sociedade.

Os furtos são um problema que vai além do setor elétrico, mas que tem tido pouco espaço e engajamento das instituições. O Judiciário tem uma tendência "consumerista", as polícias não têm estrutura adequada frente a outras prioridades e há ausência de políticas de Estado. Sem uma política pública firme e estruturada dificilmente teremos êxito no combate ao furto de energia.

Se mantivermos o caminho atual, sem discussões sistêmicas, em pouco tempo teremos um cenário de tarifas impagáveis e um risco de descontinuidade maior de todo o sistema elétrico, que levará o nosso País a um retrocesso vital ao desenvolvimento. O funcionamento adequado do setor elétrico brasileiro é

um ativo de todos, para todos, especialmente daqueles que mais precisam dele. Não dá mais para perdermos tempo. E o que fazer? É preciso colocar a sustentabilidade da energia elétrica em todos os debates estruturantes do País.

* Wagner Ferreira, diretor institucional e jurídico da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>